

Boletim da Comissão Nacional da Língua Portuguesa
(CNA LP), 1989

COMISSÃO NACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

**Parecer sobre o Anteprojecto de Bases
da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)**
elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa

A Comissão Nacional da Língua Portuguesa, na sua reunião plenária extraordinária de 22 de Junho de 1989, convocada exclusivamente para a elaboração do parecer solicitado por Sua Excelência a Secretária de Estado da Cultura, através do seu Despacho n.º 23/89, de 15 de Março, analisou o *Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa* (1988) apresentado ao Governo pela Academia das Ciências de Lisboa.

A Comissão Nacional da Língua Portuguesa baseou a sua apreciação nos pareceres que lhe foram enviados por diversas instituições e por abalizados linguistas, nos elementos de informação proporcionados por uma sondagem de opinião de professores e alunos de todos os níveis de ensino e num relatório preparado por um grupo de trabalho coordenado pelo Professor Óscar Lopes.

A Comissão entende que «a unidade intercontinental do português», passando também pela ortografia, assenta fundamentalmente nos domínios fónico, morfológico, sintáctico, lexical e semântico e que, por isso mesmo, um acordo ortográfico representa um importante instrumento para a preservação dessa unidade, mas não constitui a sua pedra angular, nem vale só por si.

Um projecto de acordo ortográfico só faz sentido e só será exequível e fecundo no quadro de uma política supranacional de difusão e promoção da língua portuguesa no mundo, quer através

do seu ensino, quer através da sua valorização cultural, quer através da sua consolidação e expansão como instrumento de comunicação internacional.

Afigura-se perigoso reduzir o desenvolvimento de estratégias comuns no espaço da língua portuguesa e a problemática das relações culturais entre os países de língua portuguesa à mera questão do acordo ortográfico — redução que seria não apenas culturalmente empobrecedora, mas que entregaria todo o problema à inquietante deriva dos interesses económicos ou superficial e imediatamente políticos. Só no quadro da referida política da língua — política a ser negociada por todos os países lusófonos e por cujo cumprimento todos estes países se devem formalmente co-responsabilizar —, um acordo ortográfico perderá a sua carga simbólica excessivamente dramatizada, se afastarão o risco e a ameaça de atitudes de nacionalismo acrítico e se poderá evitar, como justamente é sublinhado no parecer elaborado por representantes das várias instâncias do Ministério da Educação, que «o acto de defesa de um acordo supranacional» acabe «por se transformar numa prática antinacional».

A Comissão Nacional da Língua Portuguesa reconhece a importância relativa de um acordo ortográfico como instrumento de manutenção da solidariedade do domínio lusofalante, como contribuição para o desenvolvimento controlado das inevitáveis derivas diversificadoras e como instrumento de valorização da língua portuguesa na sua expressão internacional, pois permitirá um melhor aproveitamento das suas potencialidades. Assim, a Comissão Nacional da Língua Portuguesa aprovou por unanimidade uma proposta no sentido de vir a ser elaborado e aprovado um acordo ortográfico que se integre numa política da língua portuguesa — uma política bem definida, institucionalizada e posta em prática em toda a comunidade dos países lusófonos e assente, como ficou dito, numa geral co-responsabilização garantida por um convénio celebrado ao mais alto nível político.

Ora, o *Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa* (1988) não corresponde ao entendimento que a Comissão tem sobre a natureza e a função de um acordo ortográfico, no âmbito de uma política geral da língua portuguesa; embora não apresente propostas tão controversas, inadequadas e incorrectas

como o projecto de acordo ortográfico de 1986 e, em vários aspectos, ofereça importantes contributos e problematizações, sofre de numerosas insuficiências e deficiências científicas e técnico-linguísticas que são analisadas no relatório anexo.

Assim, considerando todas as ordens de razões mencionadas — razões atinentes a uma política da língua e razões de natureza científica —, a Comissão Nacional da Língua Portuguesa decidiu, por doze votos a favor e dois votos de abstenção, emitir parecer **desfavorável** sobre o *Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa* (1988).

Lisboa, 30 de Junho de 1989

O Coordenador da Comissão Nacional da Língua Portuguesa

VÍTOR MANUEL DE AGUIAR E SILVA

Quadro sintético
dos Pareceres sobre o Anteprojecto de Bases
da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)*

1. Aspectos gerais

1.1. Vantagens apontadas para um acordo:

A coexistência de duas ortografias oficiais prejudica a unidade intercontinental do português e o seu prestígio no mundo (*Memória Breve*). Um acordo será um meio, por valorizar a Língua Portuguesa na sua expressão internacional, e permitir um melhor aproveitamento das suas potencialidades. Como salvaguarda de um património comum, ante a crescente diversidade dos meios de comunicação e da sua interdependência. Como uma forma de fortalecer e consolidar as relações culturais que unem os países que nela oficialmente se exprimem, e de os *diferenciar como entidade própria*

* Textos enviados individualmente ou em nome de instituições; têm-se também em conta a *Memória Breve* e as reflexões justificativas do *Anteprojecto*, e ainda textos incluídos nos volumes *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, 1987, e *A Questão do «Acordo Ortográfico»*, 1988, que sejam pertinentes. A origem dos pareceres sumariados é indicada por abreviaturas: APE = Associação Portuguesa de Escritores; APEL = Associação Portuguesa de Editores e Livradores; CNALP = Comissão Nacional da Língua Portuguesa; IPLL = Instituto Português da Leitura e do Livro; JNICT = Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; ME = Ministério da Educação; MNE = Ministério dos Negócios Estrangeiros.

no quadro internacional. Como uma primeira iniciativa também para a uniformização noutras domínios, como sejam, a nomenclatura gramatical, a linguagem científica, a criação de um banco de dados técnicos, etc. É esta dinâmica a um tempo de unidade e participação dos sete países de língua portuguesa que importa pôr em relevo, já que a unificação ortográfica constitui um factor multiplicador na afirmação, individual e colectiva, dos países que a integram, trunfo tanto maior quanto menores forem os recursos existentes noutras áreas (MNE). A existência de uma ortografia unificada permitiria a constituição de uma reserva lexicográfica e mnemotécnica comum que registaria a língua na sua diversidade e proporcionaria a delimitação do seu corpo comum (ME). Por outro lado, um acordo razoável, convenientemente calendarizado, implementado e garantido ao mais alto nível político dos Estados envolvidos, manteria a solidariedade possível do domínio luso-falante e permitiria o desenvolvimento controlado das inevitáveis derivas diversificadoras (Óscar Lopes).

1.2. Informações pertinentes:

1.2.1. No domínio anglófono existem, sem inconveniente, variantes gráficas nacionais; nos domínios francófono e de fala espanhola não foi necessária a celebração de um acordo ortográfico (Freitas do Amaral e M. Esteves Cardoso em *A Questão...* e outros artigos; pareceres de J. Morais Barbosa e F. Guedes); mas os países lusofalantes, nomeadamente Portugal, não dispõem da força política e tecnológica dos centros de prestígio desses outros domínios linguísticos (F.L. de Carvalho, pela APE); no domínio francófono, que se encontra em enérgica defensiva histórica, anuncia-se o propósito de proceder a uma Reforma Ortográfica (F.L. Carvalho); ver, entre outros textos polémicos, o manifesto em *Le Monde*, de 7 de Fevereiro de 1989; a sondagem publicada em *Lire*, n.º 162, Março de 1989; e o artigo «Ne touchez pas à l'Orthographe», in *Madame Figaro*, 26-31 de Março de 1989).

1.2.2. O parecer de M. Duarte Mathias, vogal do MNE na CNALP, chama a atenção para os seguintes pontos:

- a) a criação, em França, do Ministério da Francofonia, destinado a ampliar o trabalho da Alliance Française, em ocorrência com o British Council, o Goethe Instituto e o Istituto Italiano;
- b) o imperativo de salvaguarda do património comum lusófono e de diferenciação da sua entidade cultural própria;
- c) a decisão das autoridades brasileiras de atribuir carácter eliminatório à disciplina de Português em todos os exames de admissão aos cursos superiores;
- d) o compromisso comum dos PALOP de introduzir o Português como língua de trabalho das organizações internacionais (Declaração Final dos Chefes de Estado dos PALOP na Cidade da Praia, 1982, e a da 1.ª Conferência dos Ministros da Cultura dos Cinco, em Luanda, Outubro de 1988).

1.2.3. A Constituição Brasileira recentemente aprovada define o Português como língua nacional; o Brasil tem o problema de reagir à sua própria multiplicidade de derivas linguísticas e até plurilinguísticas (Rosa V.M. da Silva, em *Seara Nova*, Janeiro-Fevereiro de 1989, número sobre a situação pluricontinental do Português).

1.3. Condicionamentos:

1.3.1. O Acordo será prematuro antes de uma fixação mínima das variantes nacionais africanas (J. Morais Barbosa, Movimento Contra o Acordo Ortográfico); há em África falta de meios de apoio que se possam adaptar ou reajustar a curto prazo (Aldónio Gomes). A alfabetização em português está de qualquer modo em processo nos PALOP; mas conviria verificar, para já, qual a ortografia que melhor contribuiria (e quando? e com que apoios materiais e humanos?) para o controlo e/ou integração das derivas já em pleno processo (Óscar Lopes); um Acordo nos termos do *Anteprojecto* precipitaria a normalização de formas ainda mal estudadas

e prejudicaria unilateralmente os padrões do português europeu (Silva Costa).

1.3.2. J. Morais Barbosa, no parecer individual, cita do *Protocolo do Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa* um trecho que qualifica de «generosa» a atitude das delegações africanas; de facto, tais delegações consideram que «a vigência da nova lei ortográfica comum não deve depender da ratificação dos governos africanos» e pediram «que lhes ficasse aberta a possibilidade de aderir à nova ortografia a qualquer tempo». Esta atitude cria a possibilidade de uma não-corresponsabilização oficial; daí a necessidade de obter um acordo efectivo de todos os PALOP, tão multilateralmente e rigorosamente discutido quanto possível a nível linguístico e / ou pedagógico, e cujo texto final — incluindo fases de execução, eventualmente condicionadas às possibilidades de reconversão por cada parte, e à obtenção de créditos e outras formas materiais e humanas de apoio — seja coberto por uma garantia precisa aos mais altos níveis políticos correspondentes a cada país (Óscar Lopes, E. Prado Coelho). É preciso registar que J.M. Barbosa se pronuncia contra a oportunidade e o teor do *Ante-projecto*, que, a seu ver, não propicia a uniformização proclamada, antes consagra a pluralidade, com as desvantagens adiante focadas pelas instituições mais atingidas.

O documento dos signatários do Movimento Contra o Acordo Ortográfico assinala dez possibilidades de grafia alternativa, que por razões apontadas conviria eliminar e que sumariamente aqui se indicam em referência às Bases e às alíneas respectivas: *David/Davi* [I, 5.º)], que também Inês Duarte, em *A Demanda...*, considera incoerente com a fixação de *Madrid* e *Valhadolid* — esta última forma, aliás, com grafia híbrida luso-castelhana (Óscar Lopes) —; consoantes ditas «mudas» [IV, 1.º), c), d), e)]; oxítonas *é/ê*, *ó/ô* [VII, 1.º), a), Obs.); paroxítonas correspondentes [XI, a), Obs.), e b), Obs.); proparoxítonas correspondentes [XI, 3.º)]; *amámos/amamos* [IX, 4.º)]; bibliónimos [XIX, 1.º), c)]; axiónimos e hagiónimos [XIX, 1.º), f)]; maiúsculas reverenciais [XIX, 1.º), g); 2.º) j)]. O texto das Instâncias do ME (entre outros, como os de Clarinda Maia, J. Morais Barbosa, J. de Almeida Moura) sublinha também, e extensamente, a incoerência de critérios a evitar (critérios de uso geral,

de [longa] tradição, de curso internacional, de afinidade românica, de etimologia hebraica, grega ou latina, de registo culto, de *status* urbano ou regional privilegiado [ou não], de convenção estabelecida, de clareza gráfica, etc.); e J. Morais Barbosa, no parecer individual, evidencia que desde o século XVI a ortografia portuguesa nunca foi puramente etimológica, fónica ou tradicionalista, pelo que uma reforma é exequível, embora julgue que a ortografia vigente não apresenta dificuldades que justifiquem a sua substituição por outra.

1.3.3. Na análise das *Bases do Anteprojecto* vários pareceres salientam a carência de inventários específicos (tão extensos e analisados tipológica e / ou ordenadamente quanto possível) e consideram imprecisa a referência a um vocabulário de 110 000 entradas que não pondera de modo explícito as frequências de uso e outros graus de importância semântica ou pragmática; ver na Parte 2. (*Aspectos especiais*, seriados pela ordem das *Bases do Anteprojecto*, dos seus números e alíneas que exigiam mais estudo) numerosos casos flagrantes de tal carência. O matemático J.B. Pacheco de Amorim observa e salienta que só teria interesse (e muito) a percentagem média de ocorrência das palavras num texto corrente. Note-se que a adição das duplas grafias, incluindo supressões e diacríticos, daria $(0,54 + 0,5 + 1,27) = 2,31$ % de casos no *corpus* inespecificado de 110 000 palavras (ver páginas 4 e 10 da *Introdução ao Anteprojecto*). Mário Vilela levanta mesmo o problema, em geral omissivo, de aferir a autoridade dos dicionários existentes e salienta o facto de não poder ainda dispor-se de um completo atlas linguístico nem de um inquérito terminado acerca das variantes de maior ou menor prestígio, com o correspondente estudo sociolinguístico.

O facto de a duplicidade de formas exceder 2 % de um vocabulário de 110 000 palavras, de estrutura aliás desconhecida, bastaria para inviabilizar acordos de coedição luso-brasileira ou outra com o uso das mesmas matrizes gráficas e para dificultar a circulação das edições portuguesas que adoptam outra expressão ortográfica da Língua Portuguesa (Óscar Lopes, com base em dados da APEL, Ivo de Castro, Silva Costa, Marília Thomaz, entre outros).

1.3.4. O Acordo pressupõe a fixação da ortografia de termos comuns de origem africana, alguns dos quais ocorrem em textos literários ou antropológicos em português com um uso de letras (como *k* e *w*) que é imposto por contrastes específicos dos sistemas fonológicos de línguas bantas (Inês Duarte e M. da Silva Costa; cf., mais adiante, [X, 2.º, b]).

1.3.5. O Acordo é oportuno e necessário, mas deverá articular-se com a definição de uma política geral (nomeadamente na vertente portuguesa); deve sacrificar-se a calendarização da assinatura do Acordo a uma cuidadosa revisão do texto do *Anteprojecto*, e ele deve assumir a forma de compromisso político multilateral, com vista à garantia da real aplicação em todo o espaço lusófono (Parecer Conjunto das Instâncias do ME); e há a necessidade de cuidar do período de transição, designadamente quanto a sistemas muito pesados de reconversão lenta (Roberto Carneiro, Ministro da Educação).

1.3.6. A ideia de um acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil tem sido uma preocupação constante de todos aqueles que imaginam poder vir a desenvolver-se uma estratégia comum, de afirmação na diversidade, das culturas de língua portuguesa. Em certa medida, e provavelmente de um modo abusivo e inutilmente dramatizado, o acordo assumiu um valor simbólico decisivo, e aparece como teste crucial na avaliação das capacidades para o desenvolvimento de estratégias comuns no espaço de língua portuguesa.

Tais circunstâncias poderiam conduzir a uma perigosa redução de toda a problemática das relações culturais entre os países de língua portuguesa à mera questão do acordo (redução que seria não apenas culturalmente empobrecedora, mas que entregaria todo o problema à inquietante deriva dos interesses económicos ou superficial e imediatamente políticos). É por isso que se torna extremamente importante afirmar que o acordo ortográfico só faz sentido no quadro de uma política cultural de divulgação e promoção da língua portuguesa no mundo, quer através do seu ensino, quer através da sua valorização cultural. Isto só será possível se se criar (em Portugal) um Instituto de Língua e Cultura Portuguesa

que, com a necessária autonomia financeira e administrativa, coordene e oriente, em estreita colaboração com as missões diplomáticas, uma rede de Institutos ou Centros Culturais no estrangeiro (E. Prado Coelho).

Por outro lado, as Instâncias do ME propõem a criação de uma *Comissão* permanente internacional integrante dos sete países lusófonos para actualização lexical contínua da Língua Portuguesa.

1.4. Desvantagens:

1.4.1. Os PALOP preferem a norma portuguesa, que é também a que pode ter validez no seio das instâncias oficiais da CEE; o Brasil, dotado de um muito melhor parque gráfico, extrairia benefícios do Acordo em detrimento de Portugal, o que aliás explica a viragem em 1986 da sua política anteriormente obstaculizadora da uniformização ortográfica (V. Graça Moura e F. Guedes). Mas, ponderando tal desvantagem, pode pensar-se: «O Brasil está já em África desde 1974» (F.A. Gomes, pelo Instituto Politécnico do Porto); a par da iniciativa de um Instituto Internacional de Língua Portuguesa, discutida em Portugal e nos PALOP pelo Ministro da Cultura, J. Aparecido de Oliveira, o Governo brasileiro empenha-se actualmente numa intensa ofensiva em direcção aos PALOP (visita do Presidente da República do Brasil, José Sarney, a Luanda e seu apoio decidido ao Governo angolano; instalação de cursos, bibliotecas, meios de apoio pedagógico e de difusão cultural) (notícias dos jornais; Mesa Redonda em *Seara Nova*, Janeiro-Fevereiro de 1989). A não existência de um acordo razoável pode gerar situações conflituais luso-brasileiras, indesejáveis e de resultado imprevisível (Óscar Lopes).

1.4.2. A história das tentativas de acordo ortográfico não dá garantias de que o Brasil cumpra o proposto, a não ser que isso favoreça a edição brasileira em detrimento da portuguesa (V. Graça Moura, F. Guedes, APEL, IPLL); o IPLL está disponível, caso o acordo venha a ser aprovado, para estudar com os editores todas as formas de mitigar as consequências que da sua assinatura possam advir para a edição portuguesa, a qual se reconhece que será confrontada com dois desafios a curto prazo — o da integração

européia e o do acordo — para os quais não está técnica, económica e financeiramente preparada (F. Guedes); a dinâmica demográfica e política do Brasil não pode garantir a estabilidade do eventual acordo (M. Vilaverde Cabral e Mariano Gago, na *Televisão*).

1.4.3. É duvidoso o efeito unificador de um acordo ortográfico, atendendo à maior relevância comparativa do léxico, da sintaxe, da semântica e até da fonética; mais importante seria a integração desse acordo (mas não nos termos do *Anteprojecto* adiante criticados) numa política da língua, bem definida, institucionalizada e implementada em Portugal e em toda a comunidade dos países lusófalantes, e assente numa sua corresponsabilização em convénio de alto nível; mais importante seria, ainda, a padronização dos processos de importação de terminologia técnico-científica (F. Guedes, J. Morais Barbosa, J. Azevedo Ferreira, Carlos Salema, pela JNICT; V. Graça Moura, em *A Questão...*; Silva Costa e M. Vilela).

1.4.4. A entrada em vigor do Acordo provocaria uma recessão na compra de dicionários, enciclopédias e prouduários; a rectificação deste tipo de livros acarretaria um gasto de mais de cinco milhões de contos, só em custo de composição e fotolitos; milhões de livros ficariam desactualizados (APEL); (há mais quantificações relevantes neste texto e no de F. Guedes); acresce o pesado custo de reactualização e reprogramação da rede de leitura pública e da refundição dos livros escolares e de literatura infanto-juvenil (IPLL), que não poderiam aproveitar tão extensamente o material das edições anteriores, e os custos totais ascenderiam a mais de vinte milhões de contos (APEL); as pequenas e médias editoras não teriam capacidade para suportar a reconversão e seriam levadas à falência; seria necessário reciclar revisores e outro pessoal de impressão, professores de todas as disciplinas e de todos os graus de ensino (Parecer das Instâncias do ME), e rever a informatização em curso dos ficheiros das bibliotecas, arquivos, editoras e de outras instituições (signatários do Movimento Contra o Acordo Ortográfico), além dos programas informáticos de linguística e de didáctica do português e, em particular, dos dicionários e



programas de hifenização e translineação acoplados aos sistemas de tratamento de texto.

Aditamento: Em telex de 19 de Junho de 1989, Rui de Lacerda, Presidente da Associação Comercial do Porto, solidariza-se com o Parecer do Movimento Contra o Acordo Ortográfico; em carta com a mesma data, V. Graça Moura solidariza-se com o mesmo Parecer e diz afigurar-se-lhe que toda a questão do Acordo Ortográfico deverá ser perspectivada tendo em conta as recentes, mas insistentes, posições tomadas pelo Governo brasileiro quanto à criação de um Instituto Internacional da Língua Portuguesa, de vocação hegemónica.

1.5. Síntese possível:

1.5.1. Depois do trabalho realizado com a elaboração do *Anteprojecto*, que é de louvar e, em grande parte, de aplaudir, e deste trabalho da CNALP, que apenas pretende contribuir para um maior rigor e para uma discussão objectiva e serena por outras instituições culturais, profissionais e científicas, por um público mais largo e, em fase final, pelas instâncias de deliberação e decisão política — deve reconhecer-se francamente a carência de importantes informações de ordem científica e no âmbito das pertinentes relações de Portugal com o Brasil e os PALOP.

1.5.2. Não nos compete (nem está a CNALP em condições de) ajuizar da oportunidade política internacional de um Acordo Ortográfico, mas prevalece o parecer de que esse Acordo não deveria ser celebrado sem estarem esclarecidos certos dados que, em especial, seria necessário explicitar para que ele constitua, efectivamente, um instrumento (aliás, e em tempo oportuno, fundamental) de solidariedade cultural no domínio (real e potencialmente) lusofalante, e não um simulacro enganador e contra-producente de uniformização.

1.5.3. O Acordo a promover tem de integrar-se numa política geral e internacional de valorização e expansão da língua portuguesa; a sua eficácia pressupõe a criação de uma ou várias comissões de trabalho efectivamente omnilateral no espaço de uso do português, pressupõe compromissos definidos e precisamente (e realisticamente) calendarizados entre todas as partes envolvidas,

tendo em vista a utilização racional de recursos materiais e humanos que (do nosso ponto de vista nacional) passam também por Portugal mas podem (se não devem) assentar em recursos internacionais (UNESCO, CEE, meios de execução acordados a nível bilateral ou multilateral).

2. Aspectos especiais

Críticas de fundo e propostas alternativas

BASE I

Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

1.º) Obs. alternativa: Além de **c**, usa-se **ç** (cê cedilhado) antes das vogais representadas por **a**, **o** ou **u**, com valor sibilante de **c** antes de **e** ou **i**; notar ainda os dígrafos **rr** (erre duplo), **ss** (esse duplo), **ch** (cê-agá), **lh** (ele-agá), **nh** (ene-agá), **gu** (guê-u) e **qu** (quê-u); **m** e **n** ocorrem também como sinais de nasalidade de vogais ou ditongos em condições definidas nas Bases VI e VII.

2.º) b) (Sobre **k**, **w** e **y**): usam-se em topónimos de países africanos de língua oficial portuguesa e seus vizinhos e ainda em outros topónimos que não tenham correspondência fixada em português: *Kwanza*, *Maláwi*, *Zimbábwe*; *Kiel* (?), mas *Colónia* (*Köln*). (Redacção alternativa baseada em críticas diversas; esta formulação, ou outra melhor, tem de apoiar-se numa tipologia e listagem de soluções individuais. Por exemplo, na transliteração a correspondência pode obedecer a regras precisas se o topónimo for originariamente grafado em escrita alfabética: a *Kiev* e *Kharkov* (*Ucrânia*) deve fazer-se corresponder *Quteve* e *Carcóvia*; mas é discutível a proposta de grafia de *Kweit*, que originariamente é de escrita silábica árabe, criando um precedente ilimitável: *Sri Lanka* (*Ceilão* ?), *Kuala Lampur* (*Quala Lampur* ?), *Kampuchea* (*Camboja* ou *Campucheia* ?), etc. Cf. com os problemas ligados ao n.º 6.º) desta Base.

Há ainda a atender casos como topónimos estrangeiros do tipo de *Dacar* (*Dakar*, grafia cabo-verdiana usual), *Cansas* (*Kansas*), em que a grafia com *k* seria inadequada sobretudo no último caso (Óscar Lopes); o de topónimos arabizados como *Cartum* (*Khartoum*) e *Catar* (*Qatar*), que levantam aliás problemas de transcrição (e não de transliteração) para abecedário latino, visto que a nível fonológico (estrutural-funcional) principiam por fonemas que não existem no português luso-brasileiro, onde são tradicionalmente representados por *c* ou por *qu* antes de *e* ou *i*; há casos de nomes de línguas sino-tibetanas como *Pequim* (*Peiping* ? *Beijin* ?); são muito discutíveis «aportuguesamentos»: *Conca* (*Cuenca*), *Quília* (*Kiel*), *Plimude* (*Plymouth*) e *Tulano* (*Toulon*); outro problema é o suscitado pela possível ambiguidade que geraria o aportuguesamento de *Vienne* (França) ao par de *Wien* (Áustria) como *Viena*; *Bayonne* (França) e *Bayona* (terra galega grafada à maneira castelhana) como *Baiona*; *Toulouse* (França) e *Tolosa* como *Tolosa* (Óscar Lopes). Eis uma simples exemplificação que tem apenas o intuito de requerer um inventário minucioso e uma análise tipológica dos casos. Por outro lado, o Movimento Contra o Acordo Ortográfico pergunta se grafias como *Kwanza* (acrescentarei *Maláwi*, *Zimbábwe* — Óscar Lopes) serão africanismos ou anglicismos. Mário Vilela opõe-se à fixação autoritária da ortografia dos topónimos. — Ver ainda V, 2.º, f).

As grafias de nomes comuns (ou de topónimos) africanos com *k* e *w* são, talvez, por vezes meros anglicismos gráficos (Movimento Contra o Acordo Ortográfico), e resultam também muitas vezes de simples intenção de «pitoresco local» em textos sem base científica, pelo que (atendendo a este último caso) não se devem tomar em linha de conta textos literários, mas textos oficiais, sobretudo posteriores à fixação ainda em curso da ortografia das línguas africanas (informação pessoal da linguista moçambicana Perpétua Gonçalves, que tem também experiência angolana — Óscar Lopes).

A CNALP entende que este problema exige um inventário suficientemente extenso e diversificado, a ser elaborado por uma sub-comissão de especialistas, que permita chegar a uma tipologia de casos e a uma decisão final.

3.º) É indesejável a dupla ou múltipla grafia de derivados do tipo de *fúcsia* / *fúchsia*, *buganvília* / *buganvílea* / *bougainvillea* (Ivo de Castro *et alii*; APE; Óscar Lopes).

A CNALP é de parecer que uma regra sobre casos como estes de termos botânicos exóticos pouco vale sem uma listagem e tipologia de casos.

4.º) Reconhece-se a importância da praxe de grafar nomes bíblicos com os dígrafos finais **ch**, **ph** e **th** (*Baruch*, *Loth*, *Moloch*, *Ziph*). Mas ela é inconsistente com a grafia corrente de nomes análogos também indicados (*José*, *Nazaré*, *Judite* — Mário Vilela; Óscar Lopes); é também inconsistente com o banimento desses dígrafos nos nomes comuns desde a reforma de 1911, em geral com origem directa na língua grega, cuja escrita é alfabética (*química*, *tese*, *farmácia*), ao passo que neste caso se trata de uma transcrição grega de um nome original semita, depois transliterado através do latim. Tais dígrafos podem produzir derivações de pronúncia, como aquelas de que resultou a pronúncia francesa de *chimie* e *archive*.

A CNALP entende dever ser estudado um inventário de nomes bíblicos, com o apoio de hebraístas, de traduções bíblicas portuguesas e de sacerdotes ligados à lição da Bíblia.

Aditamento: 2.º) d) É necessária uma solução para o aportuguesamento de termos estrangeiros correntes como *bungalow* (o *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves e a *Enciclopédia Luso-Brasileira* propõem *bangaló*, port., *bangalô*, bras., alegando a última tratar-se de forma já tradicional), *design*, *hard-ware*, *kart*, *kayak*, *know-how*, *slogan*, *stress*, *walkie-talkie*, *western*, *whisky*, *wind-surf*; *caiaque* é forma já corrente, *uísque* está registado por Rebelo Gonçalves; verificam-se campos semânticos onde se aportuguesou um extenso léxico (como no desporto, aliás com variantes portuguesas e brasileiras); e há normalmente uma fase em que tais termos se mencionam em itálico até se fixar qualquer forma de naturalização (Malaca Casteleiro, em *A Língua Portuguesa e a Comunicação Social*). Mais uma vez se evidencia a necessidade de um levantamento e uma tipologia tão completos quanto possível e de uma Comissão

internacional de luso-falantes para actualização contínua, proposta pelas Instâncias do ME (1.2.1.).

A CNALP entende que qualquer decisão significativa (e não apenas exemplificativa) deve basear-se num inventário suficientemente longo que permita uma tipologia de casos.

5.º) Dada frequência da ocorrência de nomes como *Job*, *David* e *Jacob*, a dupla grafia sem grafema final de consoante, *Jó*, *Davi*, *Jacó* (que aliás não obriga à sua pronúncia real, conforme se verifica em rimas de poesias) pode parecer vacilação de critério (Mário Vilela); mas na lista de pronomes fixados no Registo Civil Português, *Jó* coexiste com *Job*, *David* com *Davide* (mas não com *Davi*) e *Jaco(b)* pode ser usado em Portugal mas só como apelido (Óscar Lopes).

6.º) Esta recomendação pouco vale sem um glossário dos topónimos estrangeiros com «formas vernáculas quando sejam antigas e ainda vivas em português», na melhor arrumação tipológica possível. Assim, além dos exemplos mencionados nesta Base e número do *Anteprojecto*, convém dilucidar a viabilidade de casos como *Francoforte* (*do* ou *sobre-o-Meno*, ou *o-Oder*?), *Francoforte*, *Frankfurt*; *Nova Iorca*, *Nova Iorque*, *New Iork*; *Lípsia* (nome erudito); *Oxónia* (erudito) *Oxfórdia* ou *Oxford*. É de notar a dificuldade de eclipsar com nomes portugueses os nomes mais referidos em carreiras aéreas, mapas de uso internacional e guias turísticos, em cujos horários e quadros de aviso os topónimos figuram geralmente em inglês e / ou na língua local. (Mário Vilela critica o autoritarismo ou atitude de «recomendação» académica ou normativa).

A CNALP entende que, sem um glossário bastante extenso para permitir o discernimento de casos paradigmáticos e fundamentais, esta recomendação pouco vale.

BASE III

Da homofonia de certas consoantes

A propósito do texto inicial não numerado, Mário Vilela adverte que não existe qualquer «vocabulário» ou «dicionário» do tipo referido na última linha. Por outro lado, Ivo de Castro *et alii* criticam a falta de rigor das últimas cinco linhas, a partir de «empregar outra ou outras». Propõe-se que a esta frase citada se acrescente: «a representar o mesmo som» e que se elimine tudo quanto se segue. Outras correcções deste texto inicial serão ainda necessárias nas linhas anteriores, mas serão indicadas na Parte 3. deste relatório (Óscar Lopes).

Por estas razões a CNALP entende que o texto inicial da Base III carece de total reformulação.

BASE IV

Das sequências consonânticas

1.º) a) Segundo a sondagem feita, quanto à manutenção do *c* em *convicto* os docentes manifestaram-se de modo favorável nas seguintes percentagens: Pré-Escolar / Primário, 88,3%; Preparatório, 94,1%; Secundário, 96,6%; Superior, 95,1%; e quanto à manutenção do *p* em *erupção* verificaram-se em sentido favorável as seguintes percentagens, respectivamente: 89,3%; 94,9%; 96,1% e 97,1%. Os docentes de todos os graus pronunciam a consoante *c* e preferem a sua grafia em percentagem igual ou superior a 89,3%. Aliás, não há objecção à proposta desta alínea.

A julgar pelos resultados da sondagem, o que fica preceituado nesta alínea tornar-se-ia extensivo às seguintes formas que ocorrem na alínea c) deste número 1): *dicção*, cuja consoante grafada *c* é pronunciada por maiorias iguais ou superiores a 90,3% dos docentes

de todos os graus, os quais manifestam preferência pela sua grafia em percentagens iguais ou superiores a 83,9 %; *corrupto*, cujas percentagens são respectivamente de 94,2 % e 86,9 %. O professorado considera também serem mais coerentes as grafias *apocalipse/apocalíptico* nas seguintes percentagens respectivamente relativas aos quatro graus de docência: 51,7 %, 69,6 %, 72 % e 86,6 %; e considera serem mais coerentes as grafias *Egipto/egípcio* nas seguintes e respectivas percentagens: 57 %, 51,9 %, 74,8 % e 77,7 %. Quanto aos pares *nocturno (noturno)/noctívago (notívago)*, os docentes em geral consideram mais coerentes as formas *nocturno/noctívago* nas seguintes percentagens: Pré-Escolar / Primário, 51,7 %; Preparatório, 65,8 %; Superior, 71,8 %; embora no Ensino Secundário 69,5 % dos docentes considerem haver maior coerência no par *noturno/noctívago* (talvez porque isso exprimiria oposição quanto ao carácter [± culto] dos termos).

b) A sondagem apresenta nos docentes de todos os graus uma percentagem superior a 75 % de emudecimento do *c* de *accionar/acionar*, e também os seguintes dados quanto à respectiva preferência ortográfica: Pré-Escolar / Primário, 59 % a favor de *acionar*; Preparatório, 50,3 % a favor de *accionar*; Secundário, 52,4 % a favor de *acionar*; Superior, 51,5 % a favor, também, de *acionar*. O *c* de *exacto* é mudo em percentagem igual ou superior a 81,1 % em todo o professorado, mas as suas preferências ortográficas variam: Pré-Escolar / Primário, 57,3 % a favor de *exato*; Preparatório, 51,5 % a favor de *exacto*; Secundário, 49,9 % quer a favor de *exacto* quer de *exato*; Superior, 53,4 % a favor de *exato*.

É proposta a eliminação da referência no Anteprojecto às formas *aflição* e *aflito*, que são correntes (Clarinda Maia, que também observa não caber aqui a forma *acionar* cuja pronúncia não é uniforme, conforme aliás se verifica pelo extracto da sondagem no parágrafo anterior).

d) A sondagem permite verificar, por um lado, predomínio das pronúncias e das preferências correspondentes a *perentório* (mínimo de 76,7 % na pronúncia, e de 50,3 % na preferência), mas, por outro lado, das correspondentes a *sumptuoso* e *sumptuosidade*

(mínimo, em conjunto, de 90,3 % quanto à pronúncia, e de 83,2 quanto à preferência).

2.º) É dominante a pronúncia e preferência pela grafia que insere o grafema *g* em *amígdala* e *amigdalite* (em conjunto, há um mínimo de 81,3 % na pronúncia e de 84,6 % na preferência). Há também um grande predomínio quanto à pronúncia e preferência da grafia do *t* na forma *aritmética* (mínimo de 95,1 % na pronúncia, e de 89,9 na preferência).

Pareceres globais quanto às propostas do *Anteprojecto* nesta Base IV

1.º) c) e d) e 2.º): Não sendo possível definir uma regra em casos de variação quanto à pronúncia das consoantes em questão, deve ser mantida a grafia em vigor (Ivo de Castro *et alii*).

Vários pareceres apontam uma incongruência entre o critério fonético que preside à eliminação de «consoantes mudas» e o critério etimológico justificativo do *h* inicial e da existência de numerosos grafemas ou dígrafos homófonos (Base III) (Clarinda Maia, J. Morais Barbosa, R. Fernandes de Carvalho). Há quem se pronuncie a favor da prioridade clara do critério etimológico por razões de explicitude (C.J. Magueijo), de resistência à descaracterização idiomática ou de família idiomática românica (Silva Costa, V. Graça Moura).

A sondagem evidencia que a maioria de docentes é desfavorável à permissibilidade de dupla grafia diferente em Portugal e no Brasil (mínimo de percentagem favorável 55,7 %). Há pareceres individuais e / ou institucionais que admitem a diferenciação entre estes dois graus de permissibilidade, com exclusão da dupla grafia do domínio idiomático do português europeu (Clarinda Maia).

Recorde-se que, na ponderação dos condicionamentos de um acordo razoável em 1. *Aspectos gerais*, se chama a atenção para o facto de que grafias duplas ou facultativas em ambos ou mesmo em cada um dos domínios idiomáticos inviabilizaria a utilização por contrato de edição bi- ou plurilateral das mesmas matrizes ou fotolitos por impressão, entre outros prejuízos graves.

Há propostas no sentido da conservação desses grafemas em formas cujo carácter erudito inicial é inequívoco, e nomeadamente nos numerosos neologismos de terminologia técnico-científica, cujo

âmbito é largamente internacional (Ivo de Castro *et alii*; Óscar Lopes); e no sentido de se evitar a simplificação que conduza a incoerências gráficas relativamente ao parentesco etimológico evidente em pares do tipo Egito/egípcios, Apocalipse/apocalítico, epilepsia/epilético. Estes pareceres coincidem com os dados da sondagem registados a propósito do 1.º a), referentes a exemplos deste tipo; por outro lado, há uma discrepância entre o parecer de Clarinda Maia, que salienta incoerência nas grafias *ótico* e *ortótico*, e as opções pouco concludentes da sondagem na preferência entre *óptica* (máximo 52,4 %) e *ótica* (máximo 57,4 %), apesar do largo consenso que se verifica quanto ao «emudecimento» do *p* (entre 82,7 % e 93 %). É de notar que existe um homófono de *óptica* : *ótica* (do radical grego referente a orelha) (C.J. Magueijo; esta forma é registada à parte no *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves).

Especificamente em relação à alínea IV, 1.º c), observa-se que a eliminação dos grafemas de valor originariamente consonântico que assinalam a abertura das vogais anteriores grafadas com *a*, *e* ou *o* (*activo, adopção, adoptar, afectivo, colecção, concepção, direcção, director, objecção, recepção, sector*) pode desencadear em Portugal e nos PALOP a tradicional deriva de elevação/recuo e/ou emudecimento característicos dessas vogais em posição átona ou (pior ainda) uma pluralidade imprevisível de derivas, que parecem desenhar-se no português africano. Em certos casos, atenuar-se-ão diferenças gráficas de grande importância semântica (*intersector/interseptar*) e originar-se-ão homofonias (*adopção/adução, concepção/concessão, recepção/recessão, secção/sessão e cessão*) (António Freire, pela Univ. Católica Portuguesa). J. Ferreira da Silva, leitor em Bochum, observa que a norma brasileira é muitas vezes preferida pelos alunos, pela carência de diacríticos a assinalar os timbres das vogais, ou de marcas de não-emudecimento de certas átonas, como a do «a aberto» de *padeiro* e do «e» também «aberto» de *esquecer*; (e certamente do «o aberto» de *corar* — Óscar Lopes); daí a importância das «consoantes mudas». Além dos inconvenientes didácticos e das ambiguidades semânticas, a «eliminação» de tais consoantes precedidas de *a*, *e* ou *o* perturbaria a conversão automática em contexto sintáctico breve, que a ortografia vigente largamente possibilita (Ivo de Castro *et alii*). A sondagem não é muito conclusiva a este respeito, quanto às preferências de escrita nas

palavras objecto de inquirição (*adopção, aspecto, colecção, concepção*): há doze grupos de docentes favoráveis à grafia do **c** ou **p**, contra seis grupos desfavoráveis, mas com percentagens num outro sentido que apenas oscilam entre 50,1 % (*adoção*) e 63,1 % (*aspecto*), caso único aliás superior à cota dos 50 %.

É de notar que nem sempre as «consoantes mudas» mantêm a abertura da vogal atóna anterior (exemplos: *didactismo, exactidão, tactear*, mencionados por J. de Almeida Moura, e *actuar*, que se tornou homófona de *atuar* [tratar por *tu*], caso apontado por J. de Almeida Moura); daí resultam homofonias como *retractar/retratar* (M.I. Rebelo Gonçalves, em *A Questão . . .*) e até hipercorreções, como a da vogal pretónica aberta de *inflação* e de *translação* e talvez no caso de *retórica* (confusão *rector/rhetor*). Mas, em geral, e como já atrás se apontou, a omissão do grafema de valor originariamente consonântico dos casos considerados no n.º 1.º) c) determina no português europeu um processo de recuo/alteamento (e/ou emudecimento) vocálico e pode desencadear derivas imprevisíveis e incoerentes em África, dada a variedade de substrato linguístico e a ausência, em geral, de referências prestigiadas (embora os locutores da Televisão tenham uma dicção muito normalizada e cuidada em Luanda, pelo menos — Óscar Lopes).

A CNALP é de parecer que a única maneira de construir no plano ortográfico uma efectiva *koiné* do domínio lusofalante requereria a manutenção de todos os grafemas de consoantes que em qualquer das principais variantes idiomáticas se mantêm ou quando (na realidade fonética ou como norma ideal mas objectivamente verificada) esses grafemas contribuem para evidência útil de áreas de parentesco etimológico e semântico (*acciona, acto, aritmética, Egipto, epiléptico, exacto, facto, sumptuoso*); tal *koiné* requereria ainda manutenção dos grafemas de origem consonântica que diferenciam entradas lexicais diferentes, mesmo quando eventualmente homófonas, e *a fortiori* na numerosa e sempre crescente terminologia técnico-científica (*óptico/ótico; secção/sessão ou cessão; intersectar/interceptar; recepção/recessão; adopção/adução*). Este último contingente de casos confunde-se em parte com o dos casos em que, numa, pelo menos, das variantes idiomáticas padronizadas, o rasto gráfico da consoante assinala uma vogal atóna de timbre não elevado/recuado — e/ou — emudecido (*acção, adoptar, afectivo, colecção, concepção*), — sob pena de se concretizar uma crescente probabilidade na diversificação de derivas,

em que os lusofalantes, europeus, africanos ou brasileiros deixariam de reconhecer essa *koinê* ortográfica como parte de um sistema subjacente às naturais derivas fonéticas, e que permitiria até coordená-las no respectivo espaço de variação.

Se, por exemplo, mesmo a grafia *adopção* pode levar, na prática eurolusa, a uma homofonia com *adução* e, portanto, a um afastamento em relação a uma pronúncia ainda comum, pode acontecer (suponhamos) que essa palavra, privada do *p* indicador de «vogal aberta», venha a adquirir em África uma pronúncia com «o fechado».

Tal *koinê* seria muito menos exigente e abstracta do que a da escrita meramente silábica dos textos básicos das culturas semitas, e ainda menos exigente do que o da escrita basicamente ideográfica que mantém coesa a cultura chinesa e até a japonesa. É evidente que, de imediato, e nesta área estrita da grafia consonântica e do apoio que presta à recuperação de um supra-sistema vocálico comum, o português europeu seria de longe o mais sacrificado na coerência fonológica interna, na inter-compreensão e na facilidade de aprendizagem por povos estranhos à comunidade lusofalante; mas uma comunidade sem *koinê* ortográfica (*koinê*, palavra que quer, precisamente, dizer *língua comum*, laço de comunidade), e ainda por cima sem dispor das vantagens tecnológicas, económicas, financeiras, diplomáticas dos espaços anglófonos, francófonos, russófonos e até germanófonos, perderia uma parte da força que a cada membro advém da solidariedade lusófona.

Uma *koinê* do tipo que antevemos é, naturalmente, a expressão de um *construto ideal*, como já aliás o será qualquer escrita dita «fonética» para uma área menor e menos diversificada; mas, em todo o caso, será menos idealizada do que foi a *koinê* helenística, e muito menos do que outras hoje existentes pela vontade política de uma comunidade linguística prestigiada.

Entende a CNALP que, antes de nos resignarmos a uma solução que, de modo imediato, prejudica mais (reconheçamos) a vertente idiomática eurolusa, nos deveríamos empenhar, não apenas junto do Brasil, mas também e simultaneamente (se não antes) junto dos PALOP, no sentido de que, a haver sacrifício, ele seja partilhado, e sobretudo conduza à preservação da força de uma grande comunidade que, conscientemente, e tão comparticipadamente quanto possível, *se queira como tal*. Nem os Portugueses nem os Brasileiros, nem qualquer dos povos lusofalantes de África podem ter a certeza de que poderão fazer prevalecer a sua variante idiomática *contra outras variantes idiomáticas irmãs*, seja em África, seja na Europa da CEE e/ou outra, seja em todo o mundo. Mas a Comunidade lusofalante poderá vir a afirmar-se

como grande força na cultura, e ainda de outros modos conexos, ao par dos grandes espaços linguísticos e outros que se estão a desenhar na ecúmena — ecúmena a que a língua portuguesa serviu (imediate ou metamórficamente) como primeira *língua franca* transoceânica.

BASE V

Das vogais átonas

2.º e) Convém advertir (e, melhor ainda, enumerar) casos excepcionais e analógicos de verbos em *-iar* que não se prestam à norma prática indicada para distinção de verbos em *-iar* e *-ear*, como *comerciar* e *premiar* (*comércio* mas *comerceio*; Rebelo Gonçalves regista também *comercio*, *prémio* mas *premeio*, etc.).

2.º f) É de registar o exemplo, aliás não-latino mas importante, de *banto*, que nos países africanos ocorre geralmente escrito como *bantu* apesar de pronunciado como paroxítono, e cuja flexão adjectival *banto*/*banta* só é usual no português não africano (informação pessoal da linguista moçambicana Perpétua Gonçalves). Há que contar com a natural tendência dos falantes de línguas bantas dos PALOP para usar, quer em nomes próprios quer em nomes comuns, grafias iguais às dos bantos de países anglófonos e francófonos vizinhos; daí a existência de africanismos gráficos que são, no fundo, e talvez irresistivelmente, anglicismos e, menos tipicamente, galicismos. Remete-se para analogias com um problema focado atrás em I, 2.º b).

BASE VII

Dos ditongos

1.º 2.º): Dada a permissibilidade existente na grafia dos antropónimos (Base XXI), parece de excluir a menção de *Caetano*, *Caetana* como exemplos de uma grafia idiossincrásica do ditongo cuja representação mais clara no *Anteprojecto* é «âi».

2.º) c) J. Morais Barbosa observa e conviria registar que a pronúncia corrente do som vocálico final de palavras como *espécie* (*cárie* — Óscar Lopes), *ténue* (talvez *contínuo*, *vácuo* — Óscar Lopes) é a de vogais (monotongos) com alongamento (salvo em registo cuidado, didáctico ou pedante — Óscar Lopes).

BASE VIII

Da acentuação gráfica das palavras oxítonas (ou agudas)

Reflexão comum às Bases VIII e IX: Ivo de Castro *et alii* propõem que o uso ou não-uso de diacríticos não contribua para o aumento do número de homógrafas não-homófonas.

1.º) a) Obs. relativa às formas duplas *guiché/guichê*, *ró/rô*, etc.: deveria ser adoptada uma única forma de acordo com a pronúncia mais difundida (Ivo de Castro), pelo menos na área do português europeu. O *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves regista, para esse domínio, as formas *bebé*, *bidé*, *canapé* (sem variante brasileira diferente), *croché*, *guiché*, *nené*, *panjé*, *puré*, *rapé* (sem var. bras. dif.), mas não regista *caraté* (ou *caratê* — mas como pronunciam os praticantes e tratadistas deste desporto?), nem *matiné* (que é corrente em Portugal com «e aberto»); regista ainda *cocó* (sem var. bras. dif.), *ró* (letra grega cujo nome original tinha ómega, por isso vogal «fechada»; mas que Rebelo Gonçalves, competente he-

nista, assim regista), assim como *judo* (sem var. bras. dif. — mas como pronunciam os judocas?) e *metro* (sem var. bras. dif., aliás *metrô*).

Um parecer propõe o uso de um diacrítico «neutro» (nomeadamente o de um circunflexo de ângulo para baixo) para as variantes de tónica aberta (português) e fechada (brasileiro) (Marília F. Thomaz, ESE de Faro), o que complicaria as matrizes gráficas e parece não ser natural. De qualquer modo, dever-se-ia proceder a um inventário possivelmente classificado deste tipo de variantes idiomáticas. As reflexões destes dois últimos períodos aplicam-se à dupla pronúncia e grafia referidas adiante na Base IX, Obs. O carácter excepcional desta dificuldade que consiste em poder prever a pronúncia da vogal a partir da ortografia hoje corrente é sublinhada por Ivo de Castro *et alii*, que observam existir correspondência biunívoca grafia / pronúncia relativamente a vogais, salvo com os grafemas *e* e *o*, que apresentam duas representações fonológicas (ao grafema *e* podem corresponder quatro valores — Óscar Lopes —: uma vogal [+ bx], uma vogal [— alt] [— bx], uma vogal [+ alt] — o *xevá* [ə], e o «e mudo», ou síncope da vogal entre consoantes).

1.º) d): Ivo de Castro *et alii* consideraram redundante, e por isso inútil, a observação de que *éi* e *éu* são «apenas tónicos»; esta observação deve ser ponderada com a de J. Morais Barbosa, no texto da Universidade de Évora e no seu mais desenvolvido texto individual, de que, «no português normal, ao menos o de Lisboa», o ditongo grafado *ei* se pronuncia em plurais do tipo dos ainda grafados *farnéis*, *fiéis* e *réis* (plural ainda corrente em *mil-réis* da antiga unidade monetária real) exactamente como em formas de plurais como *sabeis*, o que vale como argumento contra o uso do diacrítico. O diacrítico seria, no português europeu, tão (pouco) justificado em *fiéis* como em *ideia*, *assembleia* (que já se escreveram com tal diacrítico) — e tal dissemelhança de tratamento apenas reflecte a pronúncia brasileira, que «abre» o ditongo de *idéia*, *assembléia*.

3.º) Vários intervenientes pronunciam-se contra a falta de diacrítico no infinitivo do verbo *pôr* em oposição à preposição *por*,

com exemplos do tipo de «ir ao sapateiro pôr (por) solas», «vamos pôr (por) aqui» (Clarinda Maia, Silva Costa, Ivo de Castro *et alii*, ESE de Setúbal, Instâncias do ME, Óscar Lopes).

A CNALP votou, dentro desta Base, no sentido de:

1. Rejeitar o uso de um diacrítico neutro (nem agudo, nem circunflexo), pelo menos sob a forma de circunflexo de vértice para baixo, na função de assinalar sílaba acentuada com timbre diferente (aberto ou fechado) em variantes idiomáticas nacionais diferentes.

2. Declarar que, não lhe tendo sido possível, em pouco tempo, proceder a um estudo e/ou inquérito de âmbito luso-afro-brasileiro acerca das duplas formas de tipo *bebé/bebê*, *ró/rô* (nome de letra grega), propõe que a questão seja entregue a uma comissão que proceda a um inquérito extenso e a uma classificação. Lembra, em todo o caso, os inconvenientes da duplicidade das formas gráficas, quer entre normas nacionais lusofalantes, quer (e a *fortiori*) dentro da variante do português europeu — rejeitando desde já esta última hipótese. Remete, ainda a este respeito, para a declaração final que atrás produziu a propósito da Base IV.

3. Propor, por maioria, a eliminação do diacrítico («acento agudo») no ditongo (ou ditongos) representado(s) por *ei*, seguido ou não de *s*; no entanto em VII votou no sentido de na Base VII, 1.º), manter-se a representação *éi*, atendendo a casos particulares duvidosos como *mil-réis* (unidade monetária antiga a cair em desuso) e outros que, eventualmente, não tenham sido detectados.

4. Propor a diferenciação diacrítica *pôr/por*, cuja distribuição gera comprovadas ambiguidades.

BASE IX

Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas (ou graves)

2.º) a) Obs. e 5.º) a): São aqui aplicáveis as objecções apresentadas a propósito da Base VIII, a) Obs., sobretudo pelo que respeita ao inconveniente da duplicidade quanto ao uso do diacrítico («acento agudo» ou «acento circunflexo»).

4.º) Embora Clarinda Maia no seu texto e Óscar Lopes em comunicação oral, baseados em larga experiência didáctica e / ou de inquérito se tenham manifestado pela omissão do diacrítico na forma do pretérito do paradigma de *amámos* (cf. *amamos*), atendendo à confusão das duas formas nas regiões nortenhas, a verdade é que a sondagem aos docentes deu uma franca preferência pela distinção gráfica entre os quatro grupos de professores: a percentagem mínima de preferência por tal diferenciação gráfica é de 88,3 %, a percentagem mínima de convictos na vantagem quanto ao ensino da leitura é de 85,4 %, e na vantagem quanto ao ensino da escrita é de 79,6 %. É particularmente relevante notar que na zona norte do país as percentagens respectivas, embora ligeiramente menos elevadas, são em todo o caso de 83,5 % (81,6 % mulheres docentes do Ensino Superior, contra 87,7 % de homens docentes), e de 69,7 %. A oposição *amamos/amámos* é já registada por J. de Barros, conforme J. Morais Barbosa recorda no seu texto individual, e tem a seu favor a eliminação de uma ambiguidade morfológico-semântica, salvo em contexto longo e explícito.

6.º) Há o risco de ambiguidade na não-distinção diacrítica de formas flexionais do mesmo verbo *pôde / pode, dêmos / demos* (aliás também substantivo plural), que se opõem na ortografia ainda vigente em Portugal (Óscar Lopes); quanto à não-distinção das formas homógrafas não-homófonas do tipo de *forma* e de outros exemplificados neste ponto 8.º), Ivo de Castro *et alii* preconizam o uso de diacríticos nos pares *pôde e forma* (com «o fechado»); C.J. Magueijo insere tal facto numa larga perspectiva: a necessidade de uma explicitude na correlação grafia / fonologia - fonética que permita o correcto tratamento informático do texto escrito (havendo no entanto a ponderar a desvantagem constituída pelo grande número, aliás não determinado, das formas homógrafas não-homófonas em questão e o factor de não-ambiguidade constituído pela distribuição sintáctica, por um lado de flexões nominais, por outro de flexões verbais) (Óscar Lopes e M. Vilela).

O texto de C.J. Magueijo abrange na sua reflexão oposições do tipo *acto / ato, cacto / cato* e *óptico / ótico* (formas registadas no *Vocabulário* de Rebelo Gonçalves), relativamente às «consoantes mudas» focadas na Base IV.

Ivo de Castro *et alii* observam (com base em E. Andrade / M.C. Viana / CLUL, 1985, *Curso I: um conversor de texto fonético em código fonético para o português*), que 78,5 % da totalidade dos erros da transcrição fonética automática do texto escrito advêm da existência de tais homógrafos, e que problema idêntico se coloca no processamento sintáctico-semântico automático.

7.º) A observação de C.J. Magueijo no número anterior é extensiva à homografia não-homófona correspondente às formas do tipo de *para* (preposição e forma do verbo *parar*), também citada em Clarinda Maia, e *pelas* (combinação preposição + artigo e forma do verbo *pelar*), que a ortografia vigente evita. Propõe-se que se não diferenciem com diacríticos os homógrafos não-homófonos que se referem a formas arcaicas, do tipo de *pólo(s)* - substantivo / *polo(s)* - combinação arcaica da preposição *por* com o artigo.

8.º) Ver a propósito o n.º 6.º), que apresenta analogia com as formas homógrafas não-homófonas do tipo de *fora* (forma verbal com «o fechado», advérbio e interjeição com «o aberto»), *cerca* (forma verbal com «e aberto» e substantivo ou elemento de *cerca de* com «e fechado»). De notar em especial o contraste entre *pelo(s)* (substantivo com «e fechado»), que complica a questão relativa a outros homógrafos não-homófonos *pelo(s)*, focado no n.º 7.º).

A CNALP votou, em matéria desta Base, no sentido de:

1. Se diferenciarem com diacrítico («acento agudo») as formas das chamadas primeiras pessoas do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito simples do paradigma de *amamos/amámos*.
2. Se diferenciarem com diacrítico («acento circunflexo») as formas verbais *pôde/pode*.
3. Se diferenciarem com diacrítico («acento circunflexo») as formas verbais *dêmos/demos* (decisão por maioria).
4. Se diferenciarem com diacrítico («acento agudo») as formas *pára* (do verbo *parar*)/*para* (preposição).
5. Manter o *status quo* em relação à diferenciação diacrítica dos contrastes *péla(s)/pela(s)* e *pêlo(s)/pelo(s)*.

6. Rejeitar a diferenciação diacrítica de *pólo(s)/polo(s)* (combinação arcaica de *por* e o artigo definido) (por maioria).

7. Rejeitar o contraste diacrítico entre pares de formas nominais e verbais do tipo de *fôrma(s)/forma(s)*, *cêrca(s)/cerca(s)*, *cêrco/cerco*, *acôrdô/acordo*.

BASE X

Da acentuação das vogais tónicas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas

1.º) Proposta de reformulação que atende à crítica de Ivo de Castro *et alii*: Os sons grafados **i** e **u** em palavras oxítonas e paroxítonas acentuam-se com acento agudo quando antecidos de uma vogal com que não formam ditongo, excepto quando a grafia correspondente à sílaba é fechada por **l**, **m**, **n**, **r** ou **z** (a mesma proposta exclui as excepções no caso em que a grafia de tais vogais é seguida pelo dígrafo **nh**, ao contrário do que acontece com a ortografia ainda oficial de *rainha* e *moinho*, por exemplo; tal exclusão torna de facto mais consequente e simples a formulação da regra — Oscar Lopes). Observar como inconveniente, aliás admissível, a diferença resultante para os pares *juiz/juízes* e *raiz/raízes*.

A CNALP é de parecer que a regra deve ser reformulada como se segue:

Os grafemas **i** e **u** que representem vogais, e não semivogais, por não formarem ditongo com vogal anterior, acentuam-se com acento agudo, excepto quando essas vogais constituam ditongo com semivogal seguinte, estejam precedidas de ditongo e quando a grafia correspondente à respectiva sílaba é fechada por **l**, **m**, **n**, **r** ou **z**; recebem, porém, diacrítico de «acento agudo» os grafemas dessas vogais tónicas quando, precedidos de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidos de **s** (*Piauí*, *teiu*). Outros exemplos para esta regra geral: *ai*, *caís* (cf. *cais*, substantivo e forma verbal), *sáira* (cf. *saia*, substantivo e forma verbal, com **i** de semivogal); *sairei*, com sinal **i** de vogal átona; *saiu*, com ditongo grafado **iu**; *saindo*, com sinal de nasalidade vocálica; *juízes* e *raízes* (cf. *juiz* e *raiz*, em que a consoante expressa pelo grafema **z** fecha a sílaba), *faisca* (mas *faiscar*, com **i** a assinalar vogal átona), *ciúme* e *ruína* (mas *Coimbra*, *ruim*, cujo **m** é grafema de nasalidade); *moinho*, *rainha* (de acordo com esta mais coerente reformulação da regra).

BASE XI

Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas)

3.º) Clarinda Maia aceita o uso de diacrítico diverso em *académico/acadêmico* (respectivamente em Portugal e Brasil). Convém lembrar as propostas já apresentadas em *1. Aspectos gerais* a respeito de bases anteriores que se opõem à duplicidade de diacríticos em ambos ou em cada um dos domínios idiomáticos nacionais, e a proposta de um diacrítico neutro e comum.

Em casos de dupla grafia que seria causada pelo uso opcional do «acento agudo e do circunflexo», como *académico/acadêmico*, *António/Antônio*, *blasfémia/blasfêmia*, a CNALP é de parecer que:

1.º) Será desejável a uniformidade do diacrítico em todo o espaço lusofalante;

2.º) Uma vez que foi excluída a proposta de um diacrítico «neutro», a solução mais racional seria a do uso do «acento agudo» em todo o domínio de língua portuguesa;

3.º) Se o Brasil ou qualquer dos PALOP não aceitar essa solução (e não propuser outra análoga e aceitável por Portugal), deve fixar-se grafia única por cada forma vocabular no português europeu.

BASE XV

Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

Nota prévia, no sentido de evidenciar a complexidade e, possivelmente, a prematuridade de uma solução: Ivo de Castro *et alii* não apresentam propostas alternativas quanto às Bases XV, XVI e XVII (que em conjunto dizem respeito ao hífen), entendendo que «esta questão necessita de um estudo mais aprofundado» — o que, dada a representatividade de tal grupo de trabalho, torna plausível

o carácter prematuro de uma norma decisória sobre este assunto. Aliás, Álvaro Gomes, pelo Instituto Politécnico do Porto, dá conta de um inquérito em que, com fundamento na norma ortográfica de 1945, *nenhum* de entre mil docentes indicou *um único* critério para o uso do hífen (M. Vilela acha lexicamente inaceitável um critério de unidade «sintáctica e semântica» ou de longevidade de uso [«uso antigo»] para as regras respeitantes ao hífen). Por sua vez, C.J.P.A. Magueijo generaliza o uso do hífen.

1.º) Propõe-se a aglutinação com relação a nomes cujo plural não afecte o primeiro elemento, ao contrário daquilo que se depreende da exemplificação deste número: *contagotas*, *fincapé*, *guardachuva*, *paraquedas* (Instâncias do ME, J. Morais Barbosa).

2.º) «Facilitará escrever-se *Todos os Santos* [XIX, 2.º), e] — referente ao uso de maiúscula ou minúscula — porque nome de festividade, e *Trás-os-Montes* [XV, 2.º)]? Ou *meio-dia* [autorizado por XV, 1.º)] e *Meio Dia*, como sinónimo de Sul, região [exemplo de XIX, 2.º), g)], abrindo-se aparente excepção («consagrada pelo uso») para *Guiné-Bissau* [XV, 2.º), Obs.]), que mais não faz do que se enquadrar no critério de *decreto-lei* [XV, 1.º)]? Ou *Grão-Pará* [XV, 2.º)] e *São Tomé* [XV, 2.º), Obs.)]?» (Instâncias do ME). Reflexão sobre o parecer anterior: a uniformidade para o tratamento de *Todos os Santos* e *Trás-os-Montes* parece razoável, pois é pouco importante para o efeito a diferença entre o nome próprio de festividade e um topónimo; o contraste *meio-dia* / *Meio Dia* é mais plausível. As hifenizações do tipo de *Guiné-Bissau*, *Guiné-Conacri* são plausíveis, mas deviam ser tratadas como pertencentes a um tipo geral à parte: o de topónimos especificados, por vezes em contextos não desambiguadores, para evitar a homonímia. Cf. *Francoforte-sobre-a-Meno*, *Paris-Texas*, aliás extensíveis a outras hifenizações contextualmente especificadoras de enquadramento regional de um topónimo com homónimos, de estações ferroviárias que servem terras mais importantes e de aeroportos: *Nazaré-Piauí*, *Nazaré-Bala*, *Nazaré-(Estremadura)-(Portugal)*, *Belém-Pará*, *Azoia-Leiria*, *Santana-Cartaxo*, *Portela-Lisboa*, *Orly-Paris*, etc. (Óscar Lopes, em termos convergentes, Movimento Contra o Acordo Ortográfico).

4.º) «Porquê *bem-criado* mas *malcriado*, *bem-ditoso* mas *malditoso*, etc., se se trata de perfeitos antónimos?» (J. Morais Barbosa). Aliás a pronúncia ditongada (e não de monotongo nasal) verifica-se no português padrão europeu em numerosos nomes de formação semelhante, como *benfeito* e *benquerença* [cf. XV, 4.º) Obs.]) e *benvindo* (que, talvez por tal ditongação, F. Sylvan preferiria hifenizar: *bem-vindo*).

6.º) «Porquê *cor-de-rosa*, com hífen, mas *cor de vinho*, sem hífen, quando *rosa* e *vinho* perderam a autonomia semântica nestes compostos?» (J. Morais Barbosa); as Instâncias do ME apresentam ainda como incoerente *cor de açafraão* [XV, 6.º), b)], mostrando que, se se atender a «excepções já consagradas pelo uso», não seria de excluir *fim-de-semana* [em contrário de XV, 6.º), a)]. Dadas as gradações dificilmente delimitáveis entre lexias já estereotipadas destes tipos e a grande produtividade de tais construções menos nitidamente fixas (*cor de chumbo*, *cor de cobre*, *cor de barro*, *cor de marfim*, *cor de sangue*, *cor de creme*, etc.), o problema da hifenização requer um inventário suficientemente extenso em que se definam graus de fixação (Óscar Lopes).

A CNALP decidiu o seguinte quanto à matéria constante desta Base:

1. Rejeitar a aglutinação sem hífen em nomes cujo plural não afecte o primeiro elemento, e que originaria termos do tipo de *contagotas*, *guardachuva*, *paraquedas* (por maioria).

2. Aprovar que se escreva *Todos-os-Santos*, nome próprio de festividade [XIX, 2.º), e)], por analogia com *Trás-os-Montes* (por maioria).

3. Rejeitar o contraste por hifenização entre *Meio Dia* região, equivalente a Sul) e *meio-dia* (fase diurna).

4. Propor que se mantenha a hifenização consagrada *Guiné-Bissau* como caso exemplificativo de topónimos especificados, em que o contexto não basta para desambiguação.

5. Declarar que uma eventual decisão inovadora no sentido de se grafar *bencriado* ao par de *malcriado*, *benditoso* ao par de *malditoso*, como *benvindo*, *benfeito*, etc., carece da elaboração prévia de um inventário que permita apurar e eventualmente diferenciar uma tipologia de casos afins.

6. Aprovar a seguinte declaração: A CNALP entende ainda não ter sido elaborado um inventário suficientemente extenso e variado de casos que permita uma tipologia e, em consequência, uma decisão, relativamente à hifenização, ou não, de locuções do tipo de grande produtividade *cor-de-rosa* e de outras locuções exemplificadas no ponto 6.º desta Base (por unanimidade).

BASE XVI

Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1.º) f) J. de Almeida Moura observa que *prenatal*, *pretónico*, *postónico*, *posgraduação* e os termos talvez mais eruditos *procônsul*, *proágono* e *propugnar* apresentam já formas estereotipadas consagradas. E há de facto quem pronuncie *propugnar* sem «o aberto»; mas a manutenção de formas tradicionais com prefixo sem transformação característica da vogal átona no português europeu (elevação e recuo seguido ou não de emudecimento) introduziria irregularidade no sistema coerente que o *Anteprojecto* propõe a este respeito. Mais uma vez, conviria proceder a um inventário extenso de casos que permitisse uma maior plausibilidade decisória (Óscar Lopes).

2.º) a) O hífen deveria manter-se nas formações em que o falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, a fim de evitar a necessidade da duplicação destes grafemas, tanto mais que nalguns casos os dois elementos que entram na formação de tais vocábulos têm uma relativa autonomia fonética: *contra-regra*, *ultra-sons*, etc. (Clarinda Maia). Segundo o Movimento Contra o Acordo Ortográfico, deveria distinguir-se entre elementos apenas usados em composição, como *bio*, *electro*, etc., e prefixos que também podem ser palavras independentes como *anti*, *contra*, *ultra*, etc., para que não resultassem aproximações inadequadas como, por exemplo, a de dar igual tratamento a *biorritmo* e a *contrarregra*, que deveria grafar-se *contra-regra*, à semelhança de *contra-almirante* (ou, mais homogeneamente, de *contra-exemplo* —

Óscar Lopes). A solução mais plausível seria a proposta por Clarinda Maia, mas com a reserva feita pelo Movimento Contra o Acordo Ortográfico (Óscar Lopes).

2.º) b) Convém evitar qualquer risco de ditongação, o que poderia acontecer com *coigual*, *coinquilino*, etc.; há de resto incoerência entre um caso: o do exemplo *primo-infecção* e a regra exemplificada por *coindustrial* (Clarinda Maia). É no entanto de notar que, na reformulação atrás proposta para o n.º 1 da Base X, se prevê o não-uso do diacrítico em vogais tónicas representadas pelos grafemas *i* e *u* quando a sua sílaba é graficamente fechada por *n* (entre outros grafemas em geral correspondentes a consoantes), como em *saindo* e *ainda*. Por analogia, pode sustentar-se que em casos como *coinquilino*, *coindustrial* o *i* (aí átono) é distinguido, na pronúncia, da vogal anterior por influência da nasalidade assinalada por *n*, como em *saindo* e *contribuindo*. O caso de *primo-infecção* é diferente, pelo menos na medida em que a vogal anterior é um «o aberto», de cunho claramente sentido como técnico; sob este aspecto aproxima-se dos casos de *bio* e *electro*.

BASE XVII

Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo *haver*

2.º) J. Morais Barbosa discorda da supressão do hífen em *hei-de*, não tanto porque o *de* seja (ou não) mais proclítico do que enclítico (isso só se verifica no Brasil), mas porque o *de* incide sobre *hei*, etc., a ponto de se verificarem cristalizações como *hades*, *hadem*, já pelo menos desde o século XVII e ainda hoje vivas. As Instâncias do ME e o Movimento Contra o Acordo Ortográfico concluem no mesmo sentido, na base do carácter apoclítico do *de*. Embora M. Silva Costa invoque a favor da norma do *Anteprojecto* uma razão de anti-conservadorismo (e, que é, talvez, também, plausivelmente, de simplicidade) o argumento contrário parece estar atrás fundamentado (Óscar Lopes).

A CNALP decidiu:

1. Propor a manutenção da grafia hifenizada exemplificada por formas do tipo *hei-de, hás-de, hão-de*.
2. Entende que o facto de dever escrever-se *quere-o(s), requere-o(s)*, por exemplo, impõe como mais coerentes as formas não conjugadas pronominalmente *quere* e *requere*, e, por isso, entende que se deve reservar a grafia *quer (... quer ...)* para a conjunção.

BASE XVIII

Do apóstrofo

1.º) b) As Instâncias do ME sugerem que se esclareça «bem o âmbito do *etc.* de modo a poderem contemplar-se diversos credos com tais recursos axionómicos» como «d'Ele», «confiar n'O que nos salvou».

Trata-se talvez de mais um problema resultante da falta de uma inventariação suficientemente extensa para permitir uma taxionomia de casos (Óscar Lopes).

1.º) d) J. Morais Barbosa objecta ao uso do apóstrofo no interior de certos compostos, que se não especificam nem classificam, para elisão do *e* do *de* (*borda-d'-água, pau-d'-alho*, etc.), em que se poderia evitar com rigor uma regra particular ou excepcional. (É claro que esta observação pertinente não abrange *Borda-d'-Água* como título de almanaque — Óscar Lopes); e, no texto individual, J. Morais Barbosa propõe, por critério de simplicidade, a eliminação do apóstrofo em casos do teor de *n'«Os Lusíadas»*, *d'Aquela*. Concordaria com tal eliminação em todos os casos, excepto naqueles em que a preposição não seja facilmente legível, nomeadamente em combinações morfo-fonológicas de preposição e artigo ou pronome: é o caso que, precisamente, se dá no exemplo *n'«Os Lusíadas»* (= *em «Os Lusíadas»*) e também em *pel'«Os Lusíadas»* (= *por «Os Lusíadas»*), *n'Ele* (= *em Ele*). A elisão fonética da vogal final da preposição ou pronome com o sintagma nominal seguinte

é aliás corrente, podendo normalmente suspender-se a contracção gráfica (e / ou fonética) em casos de ênfase analítica ou reverencial (*de Ele, de Aquele, me O, lhe O*, como aliás no caso da preposição *a*, que é ressalvado no *Anteprojecto* (exemplo: *referência a A Relíquia*) (Óscar Lopes).

A CNALP decidiu;

1. Propor a manutenção da redacção de XVIII, 1.º), b) do *Anteprojecto*.
2. Declarar que não vê razão para o uso do apóstrofo no interior de nomes comuns compostos com hífen, dado que a elisão fónica é corrente em qualquer frase em que à preposição *de* se segue sintagma nominal começado por vogal (*borda-de-água*, como *um rosto de anjo*; não se confunda este exemplo com o título consagrado e registado do almanaque *Borda-d'-Água*).

BASE XIX

Das minúsculas e maiúsculas

Observação prévia: apoia-se a tendência para reduzir ao mínimo o uso de maiúsculas iniciais, embora sejam de considerar certos casos omissos como os de etnónimos equivalentes a nomes colectivos de nacionalidade («Os Portugueses [= Portugal] restauraram [restaurou, respectivamente] a independência dinástica em 1640») (Questão levantada por J. Almeida Moura, do ME, proposta de Óscar Lopes).

1.º) b) A diferença semântica entre a leitura genérica e a distributiva não basta para justificar a oscilação *verão / Verão, fevereiro / Fevereiro* (Instâncias do ME). No entanto tais fases ou épocas anuais com minúsculas contrastariam com *Natal, Páscoa, Quaresma*, etc. São nomes religiosos ou reverenciais; mas que dizer de o *Dia da Mãe*, etc. ? . . .

1.º) c) Se nos títulos dos livros todas as palavras se iniciam por minúscula, excepto o primeiro elemento (sem contar com o

artigo? — Óscar Lopes) que fazer quanto aos nomes próprios? E quanto aos títulos dos capítulos? (Instâncias do ME). (Deve usar-se a maiúscula por critério à parte, como nomes próprios; o que é inconveniente é que o critério de minúscula predominante nos títulos com mais de uma palavra seja formulado como opcional; há no entanto (ou não?) a salvaguardar o direito a efeitos gráfico-estilísticos: a revista *presença* com minúscula inicial, e certos longos títulos em obras barrocas ou «neo-barrocas» com todas as iniciais das palavras ou com todas as letras maiúsculas — Óscar Lopes).

1.º d) Vemos escrito *fulano* apesar de em XIX, 2.º, a) se preceituar maiúscula inicial para antropónimos reais ou fictícios e de em XVIII, 1.º, c) se registarem como perfeitas unidades mórficas *Fulano de Santana* (ou *de Santiago*) (Instâncias do ME). *Fulano*, *sicrano*, *beltrano* funcionam como formas *pró* de antropónimos, que podem até receber artigo como em *um (o) fulano*, embora haja usos de quase alcunha, como um arcaico *D. Fuão* (observação de J. de Almeida Moura) e seja evidente a relação de *beltrano* com *Beltrão*, e acima se vejam inserções de tais termos em unidades mórficas de topónimos. De qualquer modo, a função destes termos é normalmente afim da de um pronome, pelo que não lhes conviria uma maiúscula inicial (Óscar Lopes).

1.º f): A opcionalidade entre o uso de maiúscula ou de minúscula inicial nos hagiónimos *santa Filomena / Santa Filomena* — por sinal já descanonizada) é indesejável, por razões gerais já apontadas noutros casos. Atendendo a precedentes de aglutinação e de formas estereotipadas como *Santiago* (São Tiago é, como se sabe, uma reanálise do popular Santo Iago), *Santo António*, *São José*, *São Pedro*, *Santa Isabel*, seria de optar pelo uso (opcionalmente interpretável como reverencial) de maiúscula inicial nestes casos (Óscar Lopes), o que facilitaria a resolução de problemas quanto à titulação de obras (Instâncias do ME).

1.º g) e h): Também as Instâncias do ME consideram «bizarra a maiúscula inicial de domínios do saber tomados em sentido absoluto», em oposição a uma opcionalidade maiúscula / minúscula em nomes de disciplinas e de cursos [1.º, g)]. Seria de manter

o preceito corrente de minuscular obrigatoriamente os nomes de disciplinas ou cursos institucionalizados (não de disciplinas «em absoluto» — e que significa esta expressão?), pois assim têm de figurar nos diplomas oficiais (Óscar Lopes).

Aditamento: 3.º) Nos símbolos técnico-científicos seguir-se-ão as convenções internacionais quanto ao uso de maiúscula ou minúscula: *l*, litro; *kw*, kilowatt; *db*, decibel; *Rh*, factor Rhesus e símbolo do elemento químico ródio; *rH*, medida do poder redutor do hidrogénio. Cf. Bases I, 2.º), c) e XIX, 1.º), i), de que aqui se explicita um pressuposto importante.

A CNALP decidiu propor:

1. Que se mantenha a oposição entre o uso genérico (afim de o de um nome próprio), com maiúscula, e o nome comum com minúscula nos pares *Verão/verão*, *Fevereiro/fevereiro*, atendendo a analogias com a maiusculação das festividades ou períodos cíclicos, como *Natal*, *Quaresma*;

2. Que se mantenha a minúscula inicial de *fulano*, *sicrano*, *beltrano*, conforme proposta do *Anteprojecto*, depois de ponderar as razões, os pró e contra aduzidos em textos que recebeu, em discussão interna;

3. O uso de maiúscula nos hagiónimos começados por abreviaturas, como *S. João*, *S. Miguel*;

4. A reserva de maiúscula inicial para nomes de disciplinas só quando se trate de disciplinas ou cursos institucionalizados;

5. Que a opcionalidade entre maiúscula e minúscula seja adequada a usos de reverência e respeito hierárquico e em início de versos; mas em nomes de classificadores de logradouros públicos, de templos ou edifícios públicos, acompanhadas ou não de nome próprio, deve ser de regra o uso de maiúscula quando de facto funcionam como nomes próprios; exemplos: a *Praça* como antonomásia de a *Praça da Liberdade*, a *Igreja* como antonomásia de dado templo singular (ou do corpo colectivo de uma precisa instituição religiosa); o mesmo critério deverá aplicar-se a, por exemplo, o *Marquês*, como antonomásia de *Praça* ou da entidade histórica bem conhecida como o *Marquês de Pombal*, o *Duque* como antonomásia contextualmente definida de *O Duque da Terceira*, a *Faculdade* como antonomásia contextual, por exemplo, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, etc. Cf. o problema retrospectivamente levantado em relação ao ponto 1.º), f) desta mesma Base, a propósito de axiónimos.

BASE XX

Da divisão silábica

1.º As Instâncias do ME apontam a inconsistência na divisão por soletração em casos como *ablução* (que tem o mesmo prefixo que o da palavra translineável como *ab-delegação*), e chamam a atenção para a incoerência etimológica entre *disp-neia* [XX, 1.º] e *pneumonia* (com grupo consonântico inicial inseparável) ou, mais genericamente, entre «grupos consonânticos não perfeitos» mesmo sem afinidade etimológica (*Terp-score* [XX, 3.º]) mas *psicologia*, com grupo consonântico inicial inseparável). Há em casos deste tipo uma contradição entre o critério etimológico e a percepção não-culta da soletração; e será de exigir alguma luz de consciência etimológica a nível da aprendizagem da escrita e da leitura? (Óscar Lopes).

2.º Ao preconizar, a propósito de XVI, 2.º, a), o uso do hífen e o não-recorso à duplicação de grafemas iguais (em *contra-regra*, *ultra-som*, *bio-ritmo*, *micro-sistema*), Clarinda Maia tem (também) em vista evitar tal duplicação e a separação dos dois grafemas iguais na translineação, o que, além de incómodo para a leitura, agrava problemas ligados às translineações automáticas por informatização de textos. Tais inconvenientes manter-se-iam se o grafema duplo viesse a seguir a elementos não isoláveis em português, como *bio*, *electro*, etc., conforme é admitido pelo Movimento Contra o Acordo Ortográfico. As Instâncias do ME alargam tal objecção a formas já correntes como *prorrogar* e *corroer*, o que parecerá excessivo, dado que o dígrafo homogéneo tem muitas ocorrências difíceis de eliminar: *erro*, *arredar*, *assar*, *pressa*, etc.

A CNALP é de parecer que:

1. A translineação se faça por soletração em casos onde a composição da palavra (composta) é insensível a um nível não-erudito;
2. Se deve manter a grafia sem hífen em termos amplamente consagrados como *corroer* e *prorrogar*.

Parte 3.

Para melhor evidência das alternativas que se propõem para o *Anteprojecto* e das áreas onde a CNALP entende haver carência de dados para uma decisão (de satisfatório nível científico e / ou a superior nível de uma política da língua portuguesa), apresentam-se a seguir, em capítulo próprio, face a face, as Bases originais desse *Projecto* e o texto a que foi possível chegar nas condições de tempo e de meios da CNALP. Como as menções de carência de dados bem patenteiam, não considera a CNALP que tal texto constitua uma alternativa definida ao *Anteprojecto* (sem dúvida muito melhorado em relação à proposta de 1986, num esforço meritório da Academia das Ciências, a que a CNALP presta homenagem, apesar dos pontos em que, teórica ou metodologicamente, discorda desse *Anteprojecto*). Trata-se, sim, de um novo ponto de partida, que se apoia no próprio *Anteprojecto*, e, indirectamente, em todas as propostas globais que balizam a história de esforços no sentido de um acordo ortográfico; mas este não se poderá erguer à altura das exigências actuais se for apenas de comparticipação activa luso-brasileira sem contributo dos PALOP pelo menos a nível de uma política da Língua Portuguesa. Se for decidido prescindir de inventários suficientemente extensos, novos inquéritos e de um trabalho teórico de categoria efectivamente científica e se entenda ter que enveredar-se por soluções de simples (e sempre duvidoso) bom senso, — a CNALP dispor-se-ia a colaborar numa proposta com recursos de emergência por consideração de outro e mais alto nível dos interesses nacionais.

Seria, portanto, contrário ao espírito do parecer global requerido pelo Governo depreender-se que o texto do *Anteprojecto*, depois de aproveitadas as (ou algumas das) alterações contidas neste relatório, deveria servir, imediatamente, de fundamento a um *Projecto*, a que só faltaria força de lei; o que a CNALP entende é que o seu texto pode servir de fundamento, sim, mas a uma negociação linguístico-diplomática (e não apenas linguística ou diplomática), e, sobretudo nas áreas apontadas de modo explícito como ainda cientificamente em aberto, a um trabalho urgente (*ma non troppo*),

que sintetize imperativos, por vezes contraditórios, de necessidade política e de investigação seriamente científica.

Imprecisões e incorrecções *

BASE I

5.º) «As consoantes finais **b, c, d, g e t...**». Pelo contexto verifica-se tratar-se de grafemas finais de valor consonântico originário.

BASE III

No intróito: «homofonia entre certas consoantes» — indistinção entre grafia e fonética; «consoantes homófonas» — *idem*. Tal indistinção mantém-se ao longo da parte restante do intróito, dificultando mesmo o seu entendimento. As seis categorias de «distinção» grafémica desta Base III não são definidas, isto é, não são classes exaustivamente enumeradas, mas apenas exemplos notados como principais, juízo que aliás só se poderia verificar por um inventário exaustivo.

2.º) «Distinção entre **g** palatal e **j**» — expressão precisa: «**g** representando a palatal sonora e **j**, que tem sempre esse valor em português».

3.º) «Distinção entre as sibilantes surdas **s, ss, ç e x**» — a mesma indistinção notada no intróito.

4.º) a) Convém eliminar esta alínea, onde figuram grafias que não estão em causa e cuja menção (só de informação etimológica) pode causar confusão: *juxtapor, juxtalinear, mixto, sextina, sexto*.

* As omissões, as incoerências de critério e outros aspectos criticáveis ressaltam da *Parte 2* do Relatório.

«s final de palavra e x e z idênticos» — refere-se a grafemas diferentes do fonema /s/ em final de palavra.

6.º «Sibilantes sonoras interiores s, x e z» — nova indistinção grafema / fonema; «interiores» significa aqui «intervocálicas».

BASE IV

1.º «c gutural» — terminologia mais precisa: «velar» (para não utilizar marcadores binários). Em todo o resto desta base há uma frequente oscilação implícita entre fonema (ou fone) e grafema.

BASE VI

2.º «infixo z»: é preferível falar em sufixos iniciados por z; assim fazem Celso Cunha e Lindley Cintra (1984, pp. 92 e 93).

BASE VII

1.º É inadequado chamar *subjuntiva* à semivogal; «ou (ditongo antigo e ainda dialectal) nivelado na pronúncia normal com o fechado» — mais preciso: «ou (ditongo tradicional e ainda dialectal) equivalente na pronúncia lisboeta padrão a o fechado».

Segundo §: É incorrecto escrever os ditongos *ae* (= *âi* ou *ai*) e *ao* (= *âu* ou *au*), pois trata-se, evidentemente, de representações gráficas de ditongos e não propriamente de ditongos».

3.º «Ditongos constituídos por vogal contínua e subjuntiva vocálica» — esta frase ocorre no intróito deste número e na sua alínea a) — preferível: «ditongos representados por grafema de vogal encimada por um til e grafema indicativo de semivogal (neste caso *î* ou *e*, ou *u*)».

a) «Mas este [*ûi*], embora se exemplifique numa forma popular como *rûi* = *ruim*, representa-se sem til nas formas *muito* e *mui*» — é discutível que *ruim* (e porquê dizer *rûi* = *ruim* ?), seja popular;

a grafia *rui* não é usada; propõe-se: «mas este, embora se exemplifique na forma grafada *ruim*, ...».

b) Não é adequado dizer «os ditongos constituídos por vogal e consoante nasal equivalente a ressonância são dois: **am** e **em**» — é mais simples e adequado dizer: «ditongos representados por **am** e **em**».

i) É muito mais elucidativo explicar em termos morfológicos.

ii) «**em** (tónico ou átono e nivelado por vezes com e nasalado)» — mais adequado: «**em** representando ou um ditongo nasal que noutros contextos se representa por **ãe**, ou a vogal nasal também representada, noutros contextos, por **en**».

O uso de «nivelado» aqui e no intróito n.º 1.º é inadequado, onde também, aliás, «pronúncia normal» deveria ser substituída pela forma menos exigente de «pronúncia padrão» ou «pronúncia lisboeta (de prestígio)».

2.º a) e c) No primeiro contexto usa-se «sequência vocálica **ue**» e no segundo «encontros vocálicos», aparentemente referidos ao mesmo grupo **ue** (e ainda a outros como **ea**, **eo**, **iu**, etc.), como em *ténue*, *áurea*, *áureo*. É preferível uniformizar a designação: «sequência(s) vocálica(s)» (independentemente do facto, que notámos noutro lugar, de que afinal se trata, em geral, e em pronúncia não enfática, de ditongos ascendentes ou de vogais alongadas).

BASE VIII

1.º b) «Pronomes enclíticos ou mesoclíticos **lo(s)** ou **la(s)**» — o mais correcto seria «pronomes apoclíticos **lo(s)** e **la(s)**».

c) «No ditongo nasal **-em**» — seria correcto dizer: «no ditongo nasal representado por **-em**».

BASE IX

Doravante deixam de registar-se imprecisões do tipo de indistinção *grafema / fonema*, que se poderiam evitar com circunlóquios do tipo «grafema(s) que representa ...» ou com diferenciação

convencional por meio de barras (fonas), parênteses rectos (fonemas) e aspas, estas para citação.

BASE X

1.º) Devido a imprecisões (e / ou de discordâncias de fundo), reformula-se na parte 3 este número.

BASE XI

1.º) a) «As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam uma sílaba tónica aberta, **i**, **u**, . . . encontros vocálicos pós-tónicos praticamente considerados como ditongos crescentes (-**ea**, -**ia**, . . .) — melhor: «As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam **e** ou **i**, **o** ou **u** a representar a semivogal que com a vogal seguinte forma um ditongo crescente».

b) Propõe-se precisão e simplificação análogas às da Base XI, a).

BASE XIII

2.º) É inutilmente complicativo falar em infixos **-z-**; deve preferir-se a referência a sufixos cuja grafia principia por **z-**, embora eles coexistam com formas sem **z-**.

BASE XV

1.º) É imprecisa a referência a «uma unidade sintagmática e semântica»; o critério objectivo de autonomia de elementos justapostos é, em princípio, o de manterem a sua acentuação própria, e qualquer eventual derrogação deste critério não se pode apoiar numa vaga «unidade sintagmática e semântica».

BASE XIX

2.º) f) Do ponto de vista português pelo menos, seria preferível falar em *itálico* em vez de *grifo*.

h) Não é claro o significado de «designam domínios do saber absoluto» (a *Linguística*, a *Matemática*, a *Medicina*).

BASE XX

1.º) Não há qualquer especificação dos «vários compostos cujos prefixos terminam em **b**, ou **d**», a propósito dos quais se contra-indica a translineação por critério etimológico. Propõe-se também substituir a já desusada e imprecisa classificação de «gutural» por «velar».

2.º) Em vez de «ressonância nasal» propõe-se, mais exacta e chãmente «**m** ou **n** com valor de consoante e/ou sinal de nasalidade»; o termo *consoante(s)*, que ocorre duas vezes, deve ser precisado por *grafema* (ou *sinal*) de *consoante* ou *letra representativa de consoante*, ou então (o que seria mais complexo), deveriam usar-se símbolos convencionais que, metalinguisticamente, distinguem grafema, fonema, fone, citação (ou menção) e referente, alguns dos quais símbolos estão amplamente consagrados.

3.º) «As sucessões de duas ou mais consoantes» — expressão mais precisa ou correcta: «As sucessões de mais de dois grafemas correspondentes a consoantes e/ou a sinais de nasalidade», alterando o que se segue em harmonia com esta precisão.

Apresentação face a face
do **Anteprojecto de Bases**
da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)
elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa
e das alternativas propostas pela CNALP*

* Apenas se referem alterações para o texto do *Anteprojecto*.

Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)

BASE I

Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

1.º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a	A	(á)	j	J	(jota)	s	S	(esse)
b	B	(bê)	k	K	(capa)	t	T	(tê)
c	C	(cê)	l	L	(ele)	u	U	(u)
d	D	(dê)	m	M	(eme)	v	V	(vê)
e	E	(é)	n	N	(ene)	w	W	(duplo vê)
f	F	(efe)	o	O	(ó)	x	X	(xis)
g	G	(gê ou guê)	p	P	(pê)	y	Y	(ípsilon)
h	H	(agá)	q	Q	(quê)	z	Z	(zê)
i	I	(i)	r	R	(erre)			

Obs.: Com algumas destas letras formam-se as seguintes combinações gráficas: ç (cê cedilhado), rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2.º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropónimos estrangeiros e seus derivados: *Franklin*, *frankliniano*; *Kant*, *kantismo*; *Darwin*, *darwinismo*; *Wagner*, *wagneriano*; *Byron*, *byroniano*; *Taylor*, *taylorista*;

b) Em topónimos estrangeiros e seus derivados: *Kwanza*, *Kweit*, *kweitiano*; *Malawi*, *malawiano*;

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: *TWA*, *KLM*; *K-potássio* (de *kalium*), *W-oeste* (*West*); *kh-quilograma*, *km-quilómetro*, *Kw-kilowatt*, *yd-jarda* (*yard*); *Watt*.

Contrapropostas,
reflexões e aditamentos da CNALP
(Junho de 1989)

BASE I

Obs. : Além de **c** usa-se **ç** (cê cedilhado) antes das vogais representadas por **a**, **o** ou **u**, com valor sibilante de **c** antes de **e** ou **i**; notar ainda os dígrafos **rr** (erre duplo), **ss** (esse duplo), **ch** (cê-agá), **lh**, (ele-agá), **nh** (ene-agá), **gu** (guê-u) e **qu** (quê-u); **m** e **n** ocorrem também como sinais da nasalidade de vogais ou ditongos em condições definidas nas Bases VI e VII.

b) A CNALP entende que este problema exige um inventário suficientemente extenso e diversificado, a ser elaborado por uma sub-comissão de especialistas, que permita chegar a uma tipologia de casos e a uma decisão final.

3.º) Em congruência com o número anterior, as letras **k**, **w** e **y** mantêm-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros, não tolerando substituição quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: *comtista*, de *Comte*; *garrettiano*, de *Garrett*; *jeffersónia*, de *Jefferson*; *mülleriano*, de *Müller*; *shakespeariano*, de *Shakespeare*.

Os vocábulos autorizados registarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de *fúcsia* / *fúchsia* e derivados, *buganvília* / *buganvílea* / *bougainvillea*).

4.º) Os digramas finais de origem hebraica **ch**, **ph** e **th** conservam-se íntegros, em formas onomásticas da tradição bíblica, quando soam (**ch** = **c**, **ph** = **f**, **th** = **t**) e o uso não aconselha a sua substituição: *Baruch*, *Loth*, *Moloch*, *Ziph*. Se, porém, qualquer destes digramas, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: *José*, *Nazaré*, em vez de *Joseph*, *Nazareth*; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: *Judite*, em vez de *Judith*.

5.º) As consoantes finais **b**, **c**, **d**, **g** e **t** mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos e topónimos da tradição bíblica: *Jacob*, *Job*, *Moab*; *Isaac*; *David*, *Gad*; *Gog*, *Magog*; *Bensabat*, *Josafat*.

Integram-se também nesta forma: o antropónimo *Cid*, em que o **d** é sempre pronunciado; os topónimos *Madrid* e *Valladolid*, em que o **d** ora é pronunciado, ora não; e o topónimo *Calecut* ou *Calicut*, em que o **t** se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos em apreço sejam usados sem a consoante final *Jó*, *Davi* e *Jacó*,

6.º) Recomenda-se que os topónimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: *Anvers*, substituído por *Antuérpia*; *Cherbourg*, por *Cherburgo*; *Garonne*, por *Garona*; *Genève*, por *Genebra*; *Jutland*, por *Jutlândia*; *Milano*, por *Milão*; *München*, por *Munique*; *Torino*, por *Turim*; *Zürich*, por *Zurique*, etc.

d) *Aditamento da CNALP*: A CNALP entende que qualquer decisão significativa (e não meramente exemplificativa) deve basear-se num inventário suficientemente longo que permita uma tipologia de casos de aportuguesamento, como neologismos, de termos comuns de outra língua.

3.º) . . .

A CNALP é de parecer que uma exemplificação de casos como os destes termos botânicos exóticos pouco vale sem uma listagem e tipologia dos casos.

4.º) A CNALP entende dever ser estudado um inventário dos nomes bíblicos, com o apoio de hebraístas e de traduções bíblicas portuguesas e sacerdotes ligados à lição da Bíblia.

6.º) A CNALP entende que, sem um glossário bastante extenso para permitir o discernimento de casos paradigmáticos e fundamentais, esta recomendação sobre o aportuguesamento de topónimos estrangeiros pouco vale.

BASE II

Do *h* inicial e final

1.º) O *h* inicial emprega-se:

- a) Por força da etimologia: *haver, hélice, hera, hoje, hora, homem*;
- b) Em virtude de tradição gráfica muito longa, com origem no próprio latim e com paralelo em línguas modernas, especialmente românicas: *humor*;
- c) Em virtude de adoção convencional: *hã?, hem?, hum!*

2.º) O *h* inicial suprime-se:

- a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: *erva* em vez de *herva*; e, portanto, *ervaçal, ervanário, ervoso* (em contraste com *herbáceo, herbanário, herboso*, formas de origem erudita);
- b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: *anarmónico, biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lobisomem, reabilitar, reaver*;
- c) Nas formas provenientes do verbo *haver* que entram, com pronomes intercalados, em conjugações de futuro e de condicional: *amá-lo-ei, amá-lo-ia, dir-se-á, dir-se-ia, falar-nos-emos, falar-nos-íamos, juntar-se-lhe-ão, juntar-se-lhe-iam*.

3.º) O *h* inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: *anti-higiénico, contra-haste, pré-história, sobre-humano*.

4.º) O *h* final emprega-se em interjeições: *ah! oh!*

BASE III

Da homofonia de certas consoantes

Dada a homofonia existente entre certas consoantes, torna-se necessário diferenciar os seus empregos gráficos, que fundamentalmente se regulam pela etimologia e pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita as consoantes homófonas nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma consoante e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, do mesmo som; mas é indispensável, apesar disso, ter presente a noção teórica dos vários tipos de consoantes homófonas e fixar praticamente, até onde for possível, os seus usos gráficos, que

BASE II

BASE III

Dada a plurivocidade na correspondência entre consoantes e a sua representação gráfica, fundamentalmente resultante da etimologia e da história dos sistemas e sub-sistemas linguísticos, é necessário fixar praticamente, e até onde for possível, a complexidade das relações entre grafemas e fonemas.

nos casos especiais ou dificultosos a prática do idioma e a consulta do vocabulário ou do dicionário irão ensinando.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1.º) Distinção entre **ch** e **x**: *achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixel, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.*

2.º) Distinção entre **g** palatal e **j**: *adágio, alfageme, Álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, algido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigir, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitrana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, macujê, pajé, pega-jento, rejeitar, sujeito, trejeito.*

3.º) Distinção entre as sibilantes surdas **s**, **ss**, **c ç** e **x**: *ânsia, ascensão, aspersão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acossar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codesseda, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mossá, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar, acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almaço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, linguiça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as erróneas Ceiça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.*

4.º) Distinção entre **s** de fim de sílaba (inicial ou interior) e **x** e **z** idênticos: *adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente.* De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o **x = s** muda para **s** sempre que está precedido de **i** ou **u**: *justapor, justalinear, misto, sistino* (cf. *Capela Sistina*), *Sisto*, em vez de *juxtapor, juxtalinear, mixto, sextina, Sixto*.

Nesta conformidade, importa notar, exemplificativamente, os seguintes casos:

1.º) Distinção gráfica entre ...

2.º) Distinção gráfica entre **g** com valor palatal e **j**: ...

3.º) Distinção gráfica entre as sibilantes surdas registadas como ...

4.º) Distinção gráfica entre **s** de fim de sílaba (inicial ou interior) e **x** e **z** com os mesmos valores «chiantes», surdo ou sonoro, de acordo com a consoante seguinte na palavra ou frase, sendo «chiantes» surdo em final absoluto e sibilante sonoro antes de vogal.

a) *(Este texto é de eliminar, pois a grafia com x dos termos em questão caiu em desuso.)*

b) Só nos advérbios em *-mente* se admite *z = s* em final de sílaba seguida de outra (cf. *capazmente*, etc.); de contrário, o *s* toma sempre o lugar de *z*: *Biscaia* e não *Bizcaia*.

5.º) Distinção entre *s* final de palavra e *x* e *z* idênticos: *aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, Íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fénix, flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez* (substantivo e forma do verbo *fazer*), *fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz*. A propósito, deve observar-se que é inadmissível *z* final equivalente a *s* em palavra não oxítone: *Cádis* e não *Cádiz*.

6.º) Distinção entre as sibilantes sonoras interiores *s, x* e *z*: *acesso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso* (nome de lugar, homónimo de *Luso*, nome mitológico), *Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obséquio, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exhibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinho, proeza, sazão, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela*.

BASE IV

Das sequências consonânticas

1.º) O *c* gutural das sequências interiores *cc* (segundo *c* sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das sequências interiores *pc* (*c* sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: *compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, raptó*.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: *ação, acionar, afetivo, aflicção, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo*.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando só se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre

b) Só nos advérbios em *-mente* se admite o uso do **z** em final de sílaba antes de consoante ...

5.º) Distinção gráfica entre **s** final de palavra e **x** ou **z** com o mesmo valor fonológico ...

6.º) Distinção gráfica entre sibilantes sonoras interiores representadas por **s**, **x** ou **z** ...

BASE IV

1.º) O **c** com valor velar ...

A CNALP é de parecer que a única maneira de construir no plano ortográfico uma efectiva *koinê* do domínio lusofalante requereria a manutenção de todos os grafemas de consoantes que em qualquer das principais variantes idiomáticas se mantêm ou quando (na realidade fonética ou como norma ideal mas objectivamente verificada) esses grafemas contribuem para evidência útil de áreas de parentesco etimológico e semântico (*acciona, acto, aritmética, Egipto, epiléptico, exacto, facto, sumptuoso*); tal *koinê* requereria ainda manutenção dos grafemas de origem consoântica que diferenciam entradas lexicais diferentes, mesmo quando eventualmente homófonas, e *a fortiori* na numerosa e sempre crescente terminologia técnico-científica (*óptico/ótico; secção/sessão ou cessão; intersectar/interceptar; recepção/recessão;*

a prolação e o emudecimento: *aspecto* e *aspeto*, *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *dicção* e *dição*; *facto* e *fato*, *sector* e *setor*, *ceptro* e *cetro*, *concepção* e *conceção*, *corrupto* e *corruto*, *recepção* e *receção*.

d) Quando, nas sequências interiores **mpc**, **mpç** e **mpt** se eliminar o **p** de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o **m** passa a **n**, escrevendo-se, respetivamente **nc**, **nç** e **nt**: *assumpcionista* e *assuncionista*; *assumpção* e *assunção*; *assunptível* e *assuntível*; *peremptório* e *perentório*, *sumptuoso* e *suntuoso*, *sumptuosidade* e *suntuosidade*.

2.º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando só se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o **b** da sequência **bd**, em *súbdito*; o **b** da sequência **bt**, em *subtil* e seus derivados; o **g** da sequência **gd**, em *amígdala*, *amigdalácea*, *amigdalar*, *amigdalato*, *amigdalite*, *amigdalóide*, *amigdalopatia*, *amigdalotomia*; o **m** da sequência **mn**, em *amnístia*, *amnístiar*, *indemne*, *indemnidade*, *indemnizar*, *omnímodo*, *omnipotente*, *omnisciente*, etc.; o **t** da sequência **tm**, em *aritmética* e *aritmético*.

adopção/adução). Este último contingente de casos confunde-se em parte com o dos casos em que, numa, pelo menos, das variantes idiomáticas padronizadas, o rasto gráfico da consoante assinala uma vogal átona de timbre não elevado / recuado — e / ou — emudecido (*acção, adoptar, afectivo, colecção, concepção*), — sob pena de se concretizar uma crescente probabilidade na diversificação de derivas, em que os lusofalantes — europeus, africanos ou brasileiros — deixariam de reconhecer essa *koinê* ortográfica como parte de um sistema subjacente às naturais derivas fonéticas, e que permitiria até coordená-las no respectivo espaço de variação.

Se, por exemplo, mesmo a grafia *adopção* pode levar, na prática eurolusa, a uma homofonia com *adução* e, portanto, a um afastamento em relação a uma pronúncia ainda comum, pode acontecer (suponhamos) que essa palavra, privada do *p* indicador de «vogal aberta», venha a adquirir em África uma pronúncia com «o fechado».

Tal *koinê* seria muito menos exigente e abstracta do que a da escrita meramente silábica dos textos básicos das culturas semitas, e ainda menos exigente do que o da escrita basicamente ideográfica que mantém coesa a cultura chinesa e até a japonesa. É evidente que, de imediato, e nesta área estrita da grafia consoântica e do apoio que presta à recuperação de um supra-sistema vocálico comum, o português europeu seria de longe o mais sacrificado na coerência fonológica interna, na inter-compreensão e na facilidade de aprendizagem por povos estranhos à comunidade lusofalante; mas uma comunidade sem *koinê* ortográfica (*koinê*, palavra que quer, precisamente, dizer *língua comum*, laço de comunidade), e ainda por cima sem dispor das vantagens tecnológicas, económicas, financeiras, diplomáticas dos espaços anglófonos, francófonos, russófonos e até germanófonos, perderia uma parte da força que a cada membro advém da solidariedade lusófona.

Uma *koinê* do tipo que antevemos é, naturalmente, a expressão de um *construto ideal*, como já aliás o será qualquer escrita dita «fonética» para uma área menor e menos diversificada; mas, em todo o caso, será menos idealizada do que foi a *koinê* helenística, e muito menos do que outras hoje existentes pela vontade política de uma comunidade linguística prestigiada.

Entende a CNALP que, antes de nos resignarmos a uma solução que, de modo imediato, prejudica mais (reconheçamos) a vertente idiomática eurolusa, nos deveríamos empenhar, não apenas junto do Brasil, mas também e simultaneamente (se não antes) junto dos PALOP, no sentido de que, a haver sacrifício, ele seja partilhado, e sobretudo conduza à preservação da força de uma grande comunidade que, conscientemente, e tão comparticipadamente quanto possível, *se queira como tal*. Nem os Portugueses nem os Brasileiros, nem qualquer dos povos lusofalantes de África podem ter a certeza de que poderão fazer prevalecer a sua variante

BASE V

Das vogais átonas

1.º) O emprego do **e** e do **i**, assim como do **o** e do **u**, em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim se estabelecem variadíssimas grafias:

a) Com **e** e **i**: *ameaça, amealhar, antecipar, arrepiar, banear, boreal, campeão, cardeal* (prelado, ave, planta; diferente de *cardial* = «relativo à cárdia»), *Ceará, côdea, enseada, enteado, Floreal, janeanes, lêndea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo. Leote, linear, meão, melhor, nomear, peanha, quase* (em vez de *quási*), *real, semear, semeilhante, várzea; ameixial, Ameixeira, amial, amieiro arrieiro, artilharia, capitânia, cordial* (adjetivo e substantivo), *corriola, crânio, criar, diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe* (e identicamente *Filipa, Filipinas, etc.*), *freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampião, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, Vimoso;*

b) Com **o** e **u**: *abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar, costume, díscolo, êmbolo, engolir, epístola, esbaforir-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoeira, girândola, goela, jocoso, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, távoa, tavoada, tábola, tômbola, veio* (substantivo e forma do verbo *vir*); *açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fémur, fistula, glândula, insua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, míngua, Nicarágua, pontual, régua, tabuada, tabuleta, trégua, vitualha.*

2.º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e fonético-históricas em que se fixam graficamente **e** e **i** ou **o** e **u** em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se **e** ou **i**, se **o** ou **u**. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

a) Escrevem-se com **e**, e não com **i**, antes da sílaba tónica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em **eio** e **eia**, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: *aldeão, aldeola, aldeota* por *aldeia*; *areal*,

idiomática *contra outras variantes idiomáticas irmãs*, seja em África, seja na Europa da CEE e / ou outra, seja em todo o mundo. Mas a Comunidade lusofalante poderá vir a afirmar-se como grande força na cultura, e ainda de outros modos conexos, ao par dos grandes espaços que se estão a desenhar na ecúmena — ecúmena a que a língua portuguesa serviu (imediata ou metamorficamente) como primeira *língua franca* transoceânica.

BASE V

areiro, arento, Areosa por *areia*; *aveal* por *aveia*; *baleal* por *baleia*; *cadeado* por *cadeia*; *candeeiro* por *candeia*; *centeeira* e *centeeiro* por *centeio*; *colmeal* e *colmeeiro* por *colmeia*; *correada* e *correame* por *correia*.

b) Escrevem-se igualmente com **e**, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica, os derivados de palavras que terminam em **e** acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: **ea**, **ee**): *galeão, galeota, galeote*, de *galé*; *guineense*, de *Guiné*; *poleame* e *poleiro*, de *polé*.

c) Escrevem-se com **i**, e não com **e**, antes da sílaba tónica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula **iano** e **iense**, os quais são o resultado da combinação dos sufixos **ano** e **ense** com um **i** de origem analógica (baseado em palavras onde **-ano** e **-ense** estão precedidos de **i** pertencente ao tema: *horaciano, italiano, duriense, flaviense*, etc.): *açoriano, acriano* (de *Acre*), *cabo-verdiano, camoniano, goisiano* (relativo a *Damião de Góis*), *siniense* de (*Sines*), *sofocliano, torriano, torriense* (de *Torre(s)*).

d) Uniformizam-se com as terminações **-io** e **-ia** (átonas), em vez de **-eo** e **-ea**, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal; *cúmio* (popular), de *cume*; *hástia*, de *haste*; *réstia*, do antigo *reste*; *véstia*, de *veste*.

e) Os verbos em **-ear** podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em **-iar**, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em **-eio** ou **-eia** (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: *aldear*, por *aldeia*; *alhear*, por *alheio*; *cear*, por *ceia*; *encadear*, por *cadeia*; *pear*, por *peia*; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas em **-eio**, **-eias**, etc., desde que não se liguem a substantivos com as terminações átonas **-ia** ou **-io** (como *ansiar* ou *odiar*): *clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, hastear, nomear, semear*, etc.

f) Não é lícito o emprego do **u** final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: *moto*, em vez de *mótu* (por exemplo, na expressão de *moto próprio*); *tribo*, em vez de *tribu*.

g) Os verbos em **-oar** distinguem-se praticamente dos verbos em **-uar** pela sua conjugação nas formas rizotónicas, que têm sempre **o** na sílaba acentuada: *abençoar* com **o**, como *abenção, abençoas*, etc.; *destoar*, com **o**, como *destoo, destoas*, etc.

e) *Aditamento*: Há casos excepcionais e analógicos de verbos em **-iar** que não se prestam à norma prática indicada para destrição de verbos em **-iar** e **-ear**, como *comerciar* e *premiar* (*comercio* coexiste com *comerceio*, apesar do nome *comércio*; *premeio* e *premeie* são formas usadas do verbo *premiar*, apesar do nome *prémio*).

f) (Chama-se a atenção para a observação registada a propósito desta Base V, no Relatório sobre o *Anteprojecto* publicado noutra local, respectivamente no número e alínea na Parte 2. *Aspectos especiais*.)

BASE VI

Das vogais nasais

Na representação das vogais nasais devem observar-se, além de outros suficientemente conhecidos, os seguintes preceitos:

1.º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre **a**; por **m**, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por **n**, se é de timbre diverso de **a** e está seguida de **s**: *afã, grã, Grã-Bretanha, lâ, órfã, sã-braseiro* (forma dialetal; o mesmo que *são-brasense* = de S. Brás de Alportel); *clarim, tom, vacuum; flautins, semitons, zunzuns,*

2.º) Os vocábulos terminados em **ã** transmitem esta representação do **a** nasal aos advérbios em **-mente** que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos precedidos do infixos **z**: *cristãmente, irmãmente, sãmente; lâzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira.*

BASE VII

Dos ditongos

1.º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, consoante a subjuntiva soa **i** ou **u**: **ai, ei, éi** (apenas tónico), **ui; au, eu, éu** (apenas tónico), **iu, ou** (ditongo antigo e ainda dialetal, nivelado na pronúncia normal com **o** fechado): *braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis* (mas *farneizinhos*), *goivo, goivar, lençóis* (mas *lençoizinhos*), *tafuis, uivar; cacau, cacauero, deu, endeusar, ilhéu* (mas *ilheuzito*), *mediu, passou, regougar.*

Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos **ae** (= **âi** ou **ai**) e **ao** (= **âu** ou **au**): o primeiro, representado nos antropónimos *Caetano* e *Caetana*, assim como nos respetivos derivados e compostos (*caetaninha, são-caetano*, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição **a** com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo **o**, ou seja, **ao** e **aos**.

2.º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

a) É o ditongo **ui**, e não a sequência vocálica **ue**, que se emprega nas formas de 2.ª e 3.ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da

BASE VI

BASE VII

1.º) Cf. com VIII, 1.º), d), mais adiante.

Segundo parágrafo (depois de eliminada a referência a um antropónimo, cujo carácter idiossincrásico é redundantemente contemplado pela permissibilidade reconhecida na Base XXI a tais nomes próprios): O ditongo normalmente representado graficamente por **au** ocorre, com outro aspecto gráfico, também na contracção da preposição **a** com os artigos definidos masculinos: **ao**, **aos**.

2.^a pessoa do singular do imperativo dos verbos em **-uir**: *constituís, influi, retribui*. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo **ui** de sílaba final ou fim de palavra (*azuis, fui, Guardafui, Rui*, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2.^a e 3.^a pessoas do singular do presente do indicativo e de 2.^a pessoa do singular do imperativo dos verbos em **-air** e em **-oer**: *atrais, cai, sai; móis, remói, sói*.

b) É o ditongo **ui** que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um **u** a um **i** átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como *fluido* de formas como *gratuito*. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais **u** e **i** se separem: *fluídico, fluidez (u-i)*.

c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles os encontros vocálicos pós-tônicos, tais os que se representam graficamente por **ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo**: *áurea, áureo, colônia, espécie, extímio, mágoa, míngua, ténue, tríduo*.

3.^o) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos constituídos por vogal com til e subjuntiva vocálica; ditongos constituídos por vogal e consoante nasal, tendo esta o valor de ressonância. Eis a indicação de uns e outros:

a) Os ditongos constituídos por vogal com til e subjuntiva vocálica são quatro, considerando-se apenas a linguagem normal contemporânea: **ãe** (usado em vocábulos oxítonos e derivados); **ãi** (usado em vocábulos anoxítonos derivados), **ão** e **õe**. Exemplos: *cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cãibas, cãibeiro, cãibra, zãibo; mão, mãozinha, não, quão (não quam), sótão, sotãozinho, tão (não tam); Camões, orações, oraçãozinhas, põe, repões*. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo **ũi**; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como *rũi = ruim*, representa-se sem o til nas formas *muito* e *mui*, por obediência à tradição.

b) Os ditongos constituídos por vogal e consoante nasal equivalente a ressonância são dois: **am** e **em**. Divergem, porém, nos seus empregos.

i) **am** (sempre átono) só se emprega em flexões verbais, onde nunca é lícito substituí-lo por **ão**: *amam, deviam, escreveram, puseram*;

c) ... Podem considerar-se também correntemente pronunciados como ditongos as sequências gráficas **ea**, **eo**, **io**, **ie**, **oa**, **ua**, **ue**, **uo**, correspondentes a posições postónicas, e daí a sua acentuação gráfica apenas a título de pseudo-paroxítonas. De facto, só em registo muito enfático tais sinais vocálicos correspondem a verdadeiras vogais: *áurea*, *áureo*, *colónia*, *espécie*, *exímio*, *mágoa*, *míngua*, *ténue*, *tríduo*. Em casos como *espécie*, *ténue*, *contínuo*, as sequências gráficas **ie**, **ue** e **uo** representam em fala corrente um alongamento da vogal correspondente ao primeiro grafema.

3.º) ... ditongos representados por grafema de vogal com til e seguidos de grafema de semivogal; ditongos representados por grafema de vogal seguida de **m**. Eis a indicação ...

a) Os ditongos representados por grafema de vogal com til e seguido de grafema de semivogal são quatro, considerando-se apenas a linguagem contemporânea sociolinguisticamente de mais prestígio ou poder irradiante, e representados graficamente das seguintes maneiras: **ãe** ... **ãi** (usado em não-oxítonos derivados), **ão** e **ãe**: ... (Por razões pedagógicas, propõe-se a eliminação da menção nas formas desusadas *quam* e *tam* na 5.ª linha) ... Ao lado de tais ditongos verifica-se ainda o ditongo nasal que se exemplifica por *ruim* e por *muito*, *mui*, *tradicionalmente* escritos sem til.

b) Os ditongos representados por grafema de vogal seguido de **m** são dois: **am** e **em**.

i) **-am** (sempre átono) como representação do ditongo nasal tipicamente representado por **ão** usa-se em formas (aliás tónicas) da 3.ª pessoa pl. verbal que não sejam do futuro simples ou dos auxiliares de futuro composto ou perifrástico (*louvarão*, *terão*

ii) **em** (tónico ou átono e nivelado por vezes com **e** nasalado) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas, determinadas pela posição, pela acentuação ou simultaneamente pela posição e pela acentuação: *bem, Bem bom* (topónimo), *Bem posta, cem, devem, nem, quem, sem, tem, virgem; Bencanta, Benfeito, Benfica, benquisto, bens, enfim, enquanto, homenzarrão, homenzinho, nuvenzinha, tens, virgens, amém* (variação de *ámen*), *armazém, convém, mantém, ninguém, porém, Santarém, também; convêm, mantêm, têm* (3^{as} pessoas do plural); *armazéns, desdéns, convéns, reténs; Belenzada, vintenzinho.*

BASE VIII

Da acentuação gráfica das palavras oxítonas (ou agudas)

1.º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas abertas **-a**, **-e** ou **-o**, seguidas ou não de **-s**: *está, estás, já, olá; até, é, és, olé, pontapé(s); avó(s), paletó(s), só(s).*

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em **-e** tónico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas, ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *bebê, bidé* ou *bidê, canapé* ou *canapê, caraté* ou *caratê, croché* ou *crochê, guiché* ou *guichê, matiné* ou *matinê, nené* ou *nenê, ponjé* ou *ponjê, puré* ou *purê, rapé* ou *rapê.*

O mesmo se verifica com formas como *cocó* e *cocô, ró* (letra do alfabeto grego) e *rô*. São igualmente admitidas formas como *judô*, a par de *judo*, e *metrô*, a par de *metro*.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes enclíticos ou mesoclíticos *lo(s)* ou *la(s)*, ficam a terminar na vogal tónica aberta **-a**, após a assimilação e perda das consoantes finais **-r**, **-s** ou **-z**: *adorá-lo(s)* (de *adorar-lo(s)*), *dá-la(s)* (de *dar-la(s)* ou *dá(s)-la(s)*), *fá-lo(s)* (de *faz-lo(s)*), *fá-lo(s)-ás* (de *far-lo(s)-ás*), *habitá-la(s)-iam* (de *habitar-la(s)-iam*, *trá-la(s)-á* (de *trar-la(s)-á*);

louvado, hão-de louvar, estão por louvar, vão louvar); em monossílabos como *vão* (adject., subst. e forma verbal), *são* (adject., abreviatura de *santo* e forma verbal), *não*, *pão*, *cão*; em *coração* e, em geral, nos nomes formados com o sufixo **ção**; os nomes paroxítonos terminados nesse ditongo escrevem-se com **-ão** (seguido ou não de desinência do plural), como em *bênção, lódão, órfão, órgão*.

ii) **-em** (tónico ou átono e em alternativa por vezes com «e fechado» nasalado) . . .

BASE VIII

Obs. : A CNALP, depois de rejeitar o uso de um diacrítico «neutro» sob a forma de um circunflexo de vértice para baixo, declara que, não lhe tendo sido possível proceder a um inquérito de âmbito euroluso-afro-brasileiro acerca das duplas formas de tipo *bebé/bebê, ró/rô*, propõe que a questão seja confiada a uma comissão que faça esse inquérito.

Lembra, em todo o caso, os inconvenientes da duplicidade de formas gráficas, quer entre normas nacionais lusofalantes, quer (e *a fortiori*) dentro da variante do português europeu — rejeitando esta hipótese. Remete ainda a este respeito, para a declaração final que se produziu a propósito da Base IV.

c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal **-em** (exceto as formas da 3.^a pessoa do plural do presente do indicativo dos compostos de *ter* e *vir*: *retêm, sustêm; advêm, provêm; etc.*) ou **-ens**: *acém, detém, deténs, entretém, entreténs, harém, haréns, porém, provém, provéns, também;*

d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos **-él, -éu** ou **-ói** podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de **-s**: *anéis, batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), ilhéu(s), véu(s); corrói (de corroer), herói(s), remói (de remoer), sóis.*

2.º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas fechadas **-e** ou **-o**, seguidas ou não de **-s**: *cortês, dê, dês (de dar), lê, lês (de ler), português, você(s); avô(s), pôs (de por), robô(s);*

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes enclíticos ou mesoclíticos **-lo(s)** ou **-la(s)**, ficam a terminar nas vogais tónicas fechadas **-e** ou **-o**, após a assimilação e perda das consoantes finais **-r, -s** ou **-z**: *detê-lo(s) (de deter-lo(s)), fazê-la(s) (de fazer-la(s)), fê-lo(s) (de fez-lo(s)), vê-la(s) (de ver-la(s)), compô-la(s) (de compor-la(s)), repô-la(s) (de repor-la(s)), pô-la(s) (de por-la(s) ou pôs-la(s)).*

3.º) Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas, do tipo de *cor (ô)*, substantivo, e *cor (ó)*, elemento da locução *de cor*; *colher (ê)*, verbo, e *colher (é)*, substantivo; *por (ô)*, verbo, e *por*, preposição; etc.

BASE IX

Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas (ou graves)

1.º) As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: *enjoó, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abençoo, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano.*

2.º) Recebem, no entanto, acento agudo:

a) As palavras paroxítonas que apresentam vogal aberta, **a, e, o**, e ainda **i** ou **u** na sílaba tónica e terminam em **-l, -n, -r, -x** e **-ps**, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas (ou esdrúxulas): *amável (pl. amáveis), Aníbal, dócil (pl. dóceis), dúctil (pl. dúcteis), fóssil (pl. fósseis), réptil (pl. répteis); cármem, dólmen (pl. dólmenes), éden (pl. édens ou édenes), líquen (pl. líquenes), lúmen (pl. lúmens ou lúmenes); açúcar (pl. açúcares),*

d) As palavras oxítonas com ditongos abertos (representados por **-éi**, **-éu** ou **-ói**, podendo nestes dois últimos seguir-se ou não **-s**: *mil-réis*; *céus*, *chapéus* . . . (Regista-se a título excepcional o ditongo de vogal aberta na forma *mil-réis*, expressão monetária a cair em desuso baseada na antiga unidade monetária *real*, pois o plural das oxítonas em **-el** soa já como um ditongo / $\alpha j f$ / na pronúncia lisboeta padrão e já em grande parte da área do português europeu.)

3.º) Não se usa acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas mas heterófonas, do tipo *cor* (*ô*) substantivo e *cor* (*ó*), elemento da locução *de cor*; *colher* (*ê*), verbo, e *colher* (*é*), substantivo, etc., mas no infinito verbal *pôr* usa-se acento circunflexo devido à ambiguidade gerada por certa distribuição paralela à da preposição *por*.

BASE IX

a) As palavras paroxítonas que apresentam vogal aberta representada por **a**, **e**, **o**, e ainda por **i** ou **u**, em sílaba tónica fechada por consoantes representadas por **-l**, **-n**, **-r**, **x** e **-ps** . . .

almíscar (pl. *almíscares*), *cadáver* (pl. *cadáveres*), *caráter* ou *carácter* (mas pl. *carateres* ou *caracteres*), *ímpar* (pl. *ímpares*); *Ájax* (var. *Ajax*), *córtex* (var. *córtice*, pl. *córtices*), *índice* (var. *índice*, pl. *índices*), *tórax* (pl. *tóraxes*); *bíceps* (var. *bicípite*), *fórceps* (var. *fórcipe*).

Obs.: Algumas (pouquíssimas) palavras deste tipo, com as vogais tónicas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): *sémen* e *sêmen*, *xénon* e *xênon*; *fémur* e *fêmur*, *vómer* e *vômer*, *Fénix* e *Fênix*, *ónix* e *ônix*.

b) As palavras paroxítonas que apresentam na sílaba tónica vogal aberta, *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e terminam em *-ã(s)*, *-ão(s)*, *-ei(s)*, *-i(s)*, *-um*, *-uns* ou *-us*: *órfã* (pl. *órfãs*), *acórdão* (pl. *acórdãos*), *órfão* (pl. *órfãos*), *órgão* pl. *órgãos*), *sótão* (pl. *sótãos*); *hóquei*, *jóquei* (pl. *jóqueis*), *amáveis* (pl. de *amável*), *fáceis* (pl. de *fácil*), *fósseis* (pl. de *fóssil*), *amáreis* (de *amar*), *amáveis* (id.), *cantaréis* (de *cantar*), *fizéreis* (de *fazer*), *fizésseis* (id.); *beribéri* (pl. *beribéris*), *bílis*, *íris*, *júri* (pl. *júris*), *oásis*; *álbum* (pl. *álbuns*), *fórum* (pl. *fóruns*); *húmus*, *vírus*.

Obs.: Algumas (poucas) paroxítonas deste tipo, com as vogais tónicas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: *pónei* e *pônei*; *gónis* e *gônis*, *pénis* e *pênis*, *ténis* e *tênis*; *bónus* e *bônus*, *ónus* e *ônus*, *tónus* e *tônus*, *Vénus* e *Vênus*.

3.º) Não se acentuam graficamente os ditongos *ei* e *oi* da sílaba tónica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: *assembleia*, *boleia*, *ideia*, tal como *aldeia*, *baleia*, *cadeia*, *cheia*, *meia*; *coreico*, *epopeico*, *onomatopeico*, *proteico*; *alcaloide*, *apoio* (do verbo *apoiar*), tal como *apoio* (substantivo), *Azoia*, *boia*, *boina*, *comboio* (substantivo), tal como *comboio*, *comboias*, etc. (do verbo *comboiar*), *dezoito*, *estroina*, *heroico*, *introito*, *jiboia*, *moina*, *paranoico*, *zoina*.

4.º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*, e ainda *démos*, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo, ou do conjuntivo, no terceiro caso (*amamos*, *louvamos*, *demos*), já que o timbre da vogal tónica é aberto naquele primeiro caso em certas variantes do português.

5.º) Recebem acento circunflexo:

a) As palavras paroxítonas que contêm vogal fechada *a*, *e*, *o* na sílaba tónica e terminam em *-l*, *-n*, *-r* ou *-x*, assim como as respetivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: *cônsul* (pl. *cônsules*), *pênsil* (pl. *pênseis*), *têxtil* (pl. *têxteis*); *cânon* (var. *cânone*, pl. *cânones*), *plâncton*; *Almodôvar*, *aljôfar* (pl. *aljôfares*), *âmbar* (pl. *âmbares*), *Câncer*, *Tânger*, *bômbax*, *bômbix* (var. *bômbice*, pl. *bômbices*).

Obs. : ... com vogais tónicas representadas por **e** e **o** em fim de sílaba, seguidos das consoantes nasais notadas por **m** e **n** ...

4.º) É obrigatório assinalar com «acento» agudo ...

b) As palavras paroxítonas que contêm vogal fechada *a*, *e*, *o* na sílaba tónica e terminam em *-ão(s)*, *-eis*, *-i(s)* ou *-us*: *bênção(s)*, *côvão(s)*, *Estêvão*, *zângão(s)*; *devêreis* (de *dever*), *escrevêsseis* (de *escrever*), *fôreis* (de *ser* e *ir*), *fósseis* (id.), *pênséis* (pl. de *pênsil*), *têxteis* (pl. de *têxtil*); *dândi(s)*; *Mênfis*; *ânus*.

c) As formas verbais paroxítonas que contêm um *e* tónico oral fechado em hiato com a terminação *-em* da 3.^a pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: *crêem*, *dêem* (conj.), *descrêem*, *desdêem* (conj.), *lêem*, *prevêem*, *redêem* (conj.), *relêem*, *revêem*, *treslêem*, *vêem*.

d) As formas verbais *têm* e *vêm*, 3.^{as} pessoas do plural do presente do indicativo de *ter* e *vir*, que são foneticamente paroxítonas (respetivamente / *tājāj* /, / *vājāj* / ou / *tējēj* /, / *vējēj* /; cf. as antigas grafias preteridas, *têem*, *vêem*), a fim de se distinguirem de *tem* e *vem*, 3.^{as} pessoas do singular do presente do indicativo ou 2.^{as} pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: *abstêm* (cf. *abstém*), *advêm* (cf. *advém*), *contêm* (cf. *contém*), *convêm* (cf. *convém*), *desconvêm* (cf. *desconvém*), *detêm* (cf. *detém*), *entretêm* (cf. *entretém*), *intervêm* (cf. *intervém*), *mantêm* (cf. *mantém*), *obtêm* (cf. *obtém*), *provêm* (cf. *provém*), *sobrevêm* (cf. *sobrevém*).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias *detêem*, *intervêem*, *mantêem*, *provêem*, etc.

6.º) Assinalam-se com acento circunflexo as seguintes formas: *pôde* (3.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (*pode*); *fôrma* (substantivo), distinta de *forma* (substantivo); 3.^a pessoa do singular do presente do indicativo ou 2.^a pessoa do singular do imperativo do verbo *formar*).

7.º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respetivamente vogal tónica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: *para* (*á*), flexão de *parar* e *para*, preposição; *pela(s)* (*é*), substantivo e flexão de *pelar*, e *pela(s)*, combinação de *per* e *la(s)*; *pelo* (*é*), flexão de *pelar*, *pelo(s)* (*ê*), substantivo ou combinação de *per* e *lo(s)*; *polo(s)* (*ó*), substantivo, e *polo(s)*, combinação de *por* e *lo(s)*; etc.

8.º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas do tipo de *acerto* (*ê*), substantivo e *acerto* (*é*), flexão de *acertar*; *acordo* (*ô*), substantivo, e *acordo* (*ó*), flexão de *acordar*; *cerca* (*ê*), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva *cerca de*, e *cerca* (*é*), flexão de *cercar*; *coro* (*ô*), substantivo, e *coro* (*ó*), flexão de *corar*; *deste* (*ê*), contração da preposição *de* com o demonstrativo *este*, e *deste* (*é*), contração da preposição *de* com o demonstrativo *este*, e *deste* (*é*), flexão de *dar*; *fora* (*ô*), flexão de *ser* e *ir*, e *fora* (*ó*), advérbio, interjeição e substantivo; *piloto* (*ô*), substantivo, e *piloto* (*ó*), flexão de *pilotar*, etc.

6.º) Assinala-se com «acento» circunflexo a seguinte forma: *pôde* (3.ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (*pode*).

7.º) A forma *pára*, do verbo *parar*, leva diacrítico agudo para se distinguir da preposição *para*, com que pode confundir-se em certas distribuições sintácticas; mas não se distinguem por diacríticos *pela(s)* (*é*), substantivo e forma do verbo *pelar*, *pela(s)*, combinação de *per* e o artigo, nem *pelo(s)* (*ê*), substantivo nem as formas arcaicas de combinação de preposição e artigo *polo(s)*.

9.º) Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tónica **o** fechada em palavras paroxítonas como *enjo*, substantivo e flexão de *enjoar*, *povo*, flexão de *povoar*, *vo*, substantivo e flexão de *voar*, etc.

BASE X

Da acentuação das vogais tónicas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas

1.º) As vogais tónicas **i** e **u** das palavras oxítonas e paroxítonas acentuam-se com acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo, exceto quando seguidas de **nh**, **l**, **m**, **n**, **r** ou **z**.

a) Assim, escrevem-se com acento agudo: *adaís* (pl. de *adail*), *aí*, *atraí* (de *atrair*), *baú*, *caís* (de *cair*), *Esauí*, *jacuí*, *Luís*, *país*, etc.; *alaúde*, *amiúde*, *Araújo*, *Ataide*, *atraíam* (de *atrair*), *atrisse* (id.), *baía*, *balaústre*, *caféina*, *ciúme*, *egoísmo*, *faisca*, *faúlha*, *graúdo*, *influíste* (de *influir*), *juízes*, *Lúisa*, *miúdo*, *paraíso*, *raízes*, *recaída*, *ruína*, *saída*, *sanduíche*, etc.

b) Escrevem-se, porém, sem acento agudo: *bainha*, *moinho*, *rainha*; *adail*, *paul*, *Raul*; *Aboim*, *Coimbra*, *ruim*; *ainda*, *constituente*, *oriundo*, *ruins*, *triunfo*; *atrair*, *demiurgo*, *influir*, *influirmos*; *juiz*, *raiz*; etc.

2.º) Em conformidade com a regra anterior (alínea a) acentuam-se com acento agudo as vogais tónicas **i** e **u** das formas oxítonas terminadas em **r** dos verbos em **-air** e **-uir**, quando estas se combinam com as formas pronominais enclíticas ou mesoclíticas **-lo(s)**, **-la(s)**, que levam à assimilação e perda daquele **-r**: *atraí-lo(s)* (de *atrair-lo(s)*); *atraí-lo(s)-ia* (de *atrair-lo(s)-ia*; *possuí-la(s)* (de *possuir-la(s)*); *possuí-la(s)-ia* (de *possuir-la(s)-ia*).

3.º) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas **i** e **u** das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: *baiuca*, *boiuno*, *cauila* (var. *cauira*), *cheinho* (de *cheio*), *saiinha* (de *saia*).

4.º) Recebem, porém, acento agudo as vogais tónicas **i** e **u** quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de **s**: *Piauí*, *teiú*, *teiús*, *tuiuí*, *tuiuíus*.

Obs. : Se, neste caso, a consoante final for diferente de **s**, tais vogais dispensam o acento agudo: *cauim*.

BASE X

1.º) A CNALP é de parecer que a regra deve ser reformulada como se segue:

Os grafemas **i** e **u** que representem vogais, e não semivogais, por não formarem ditongo com vogal anterior, acentuam-se com acento agudo, excepto quando essas vogais constituam ditongo com a semivogal seguinte, estejam precedidas de ditongo e quando a grafia correspondente à respectiva sílaba é fechada por **l**, **m**, **n**, **r** ou **z**; recebem, porém, diacrítico de «acento agudo» os grafemas dessas vogais tónicas quando, precedidos de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidos de **s** (*Piauí*, *teiú*). Outros exemplos para esta regra geral: *aí*, *caís* (cf. *cais*, substantivo e forma verbal), *saía* (cf. *saia*, substantivo e forma verbal, com **i** de semivogal); *sairei*, com sinal **i** de vogal átona; *saiu*, com ditongo grafado **iu**; *saindo*, com sinal de nasalidade vocálica; *juízes* e *raízes* (cf. *juiz* e *raiz*, em que a consoante expressa pelo grafema **z** fecha a sílaba), *faisca* (mas *faiscar*, com **i** a assinalar vogal átona), *ciúme* e *ruína* (mas *Coimbra*, *ruim*, cujo **m** é grafema de nasalidade); *moínho*, *raínha* (de acordo com esta mais coerente reformulação da regra).

3.º) (A matéria deste número está incluída na nova formulação, a que, por tal motivo, se devem acrescentar exemplos do original,) como: *baiuca*, *cauila*, *cheiinho*.

4.º) (Incluído, com exemplos, na formulação proposta para 1.º).

5.º) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos **iu** e **ui**, quando precedidos de vogal: *distraiu, instruiu, paus* (pl. de *paul*).

6.º) Prescinde-se do acento agudo na vogal tónica **u** de formas verbais paroxítonas, quando precedida de **g** ou **q** e seguida de **e**, e no ditongo tónico **ui** de formas verbais oxítonas, quando precedido de **g** ou **q**: *apazigue, arguem, averigue, delinquem, oblique; argui, arguis, delinquis, redarguí; etc.*

BASE XI

Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas)

1.º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica vogal aberta, **i**, **u** ou ditongo oral começado por vogal aberta: *árabe, cáustico, Cleópatra, esqualido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último;*

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tónica vogal aberta, **i**, **u** ou ditongo oral começado por vogal aberta, a que se seguem encontros vocálicos pós-tónicos praticamente considerados como ditongos crescentes (-**ea**, -**eo**, -**ia**, -**ie**, -**io**, -**oa**, -**ua**, -**uo**, etc.): *álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo.*

2.º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: *anacreôntico, cânfora, cômputo, devêramos* (de *dever*), *êmbolo, excêntrico, fôssemos* (de *ser* e *ir*), *Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôbrego, nêspera, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego;*

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tónica, às quais se seguem encontros vocálicos pós-tónicos praticamente considerados como ditongos crescentes: *amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, seródio.*

3.º) Acentuam-se com acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tónicas **e** ou **o** estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais **m** ou **n**, conforme o seu timbre é, respetivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: *académico/acadêmico, anatómico/anatômico, cénico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/fenômeno, género/gênero, topónimo/topônimo; Amazônia/Amazônia, António/Antônio, blasfémia/blasfêmia, gémeo/gêmeo, génio/gênio, ténue/tênue.*

5.º e 6.º) (De acordo com a reformulação proposta, passariam a figurar com os números 3.º e 4.º) respectivamente.)

BASE XI

3.º) Em casos de dupla grafia que seria causada pelo uso opcional do «acento agudo e do circunflexo», como *académico/acadêmico*, *António/Antônio*, *blasfémia/blasfêmia*, a CNALP é de parecer que:

1.º) Será desejável a uniformidade do diacrítico em todo o espaço lusofalante.

2.º) Uma vez que foi excluída a proposta de um diacrítico «neutro», a solução mais racional seria a do uso do «acento agudo» em todo o domínio de língua portuguesa.

BASE XII

Do emprego do acento grave

1.º) Emprega-se o acento grave:

a) Na contração da preposição **a** com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo **o**: *à* (de *a + a*), *às* (de *a + as*);

b) Na contração da preposição **a** com os demonstrativos *aquêle, aquela, aqueles, aquelas* e *aquilo* ou ainda da mesma preposição com os compostos *aqueloutro* e suas flexões: *àquêle(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutras(s)*;

c) Em certas contrações próprias da linguagem familiar ou popular, como acontece no caso da combinação das preposições **a** e **para** (reduzida a **pra**) com as formas do artigo ou pronome demonstrativo **o**: *ò* (de *a + o*), *òs* (de *a + os*), *prò* (de *pra + o*), *pròs* (de *pra + os*), *prà* (de *pra + a*), *pràs* (de *pra + as*).

BASE XIII

Da supressão dos acentos em palavras derivadas

1.º) Nos advérbios em **-mente**, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *avidamente* (de *ávido*), *debilmente* (de *débil*), *facilmente* (de *fácil*), *habilmente* (de *hábil*), *ingenuamente* (de *ingénuo*), *lucidamente* (de *lúcido*), *mamente* (de *má*), *somente* (de *só*), *unicamente* (de *único*), etc.; *candidamente* (de *cândido*), *cortesmente* (de *cortês*), *dinamicamente* (de *dinâmico*), *espontaneamente* (de *espontâneo*), *portuguesmente* (de *português*), *romanticamente* (de *romântico*).

2.º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos precedidos do infixo **-z** e cujas formas de base apresentam vogal tónica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *aneizinhos* (de *anéis*), *avozinha* (de *avó*), *bebezito* (de *bebê*), *cafezada* (de *café*), *chapeuzinho* (de *chapéu*), *chazeiro* (de *chá*), *heroizito* (de *herói*), *ilhezito* (de *ilhéu*), *mazinha* (de *má*), *orfãozinho* (de *órfão*), *vintenzinho* (de *vintém*), etc.; *avozinho* (de *avô*), *bençãozinha* (de *bênção*), *lampadazita* (de *lâmpada*), *pessegozito* (de *pêssego*).

3.º) Se o Brasil ou qualquer dos PALOP não aceitar essa solução (e não propuser outra análoga e aceitável por Portugal), deve fixar-se grafia única por cada forma vocabular no português europeu.

BASE XII

BASE XIII

2.º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos diminutivos ou aumentativos principiados por *-z* ... [a *mazinha* acrescentar *mazona* na penúltima linha.]

BASE XIV

Do trema

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: *saudade*, e não *saüdade*, ainda que tetrassílabo; *saudar*, e não *saüdar*, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um *i*, ou um *u* de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um *i* ou um *u* de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tónica ou átona, o *u* de *gu* ou de *qu* de um *e* ou *i* seguintes: *arruinar*, *constituiria*, *depoimento*, *esmiuçar*, *faiscar*, *faulhar*, *oleicultura*, *paraibano*, *reunião*; *abaiucado*, *auiqui*, *caiuá*, *caixi*, *piaiense*; *aguentar*, *anguiforme*, *arguir*, *bilíngue* (ou *bilingue*), *lingueta*, *linguista*, *linguístico*; *cinquenta*, *equestre*, *frequentar*, *tranquilo*, *ubiquidade*.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a Base I, 3.º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: *hübneriano*, de *Hübner*, *mülle-riano*, de *Müller*, etc.

BASE XV

Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

1.º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: *ano-luz*, *arcebispo-bispo*, *arco-íris*, *decreto-lei*, *és-sueste*, *médico-cirurgião*, *rainha-cláudia*, *tenente-coronel*, *tio-avô*, *turma-piloto*; *alcaide-mor*, *amor-perfeito*, *guarda-noturno*, *mato-grossense*, *norte-americano*, *porto-alegrense*, *sul-africano*; *afro-asiático*, *afro-luso-brasileiro*, *azul-escuro*, *luso-brasileiro*, *são-tomense*; *primeiro-ministro*, *primeiro-sargento*, *primo-infeção*, *segunda-feira*; *conta-gotas*, *finca-pé*, *guarda-chuva*, *para-quedas*, *para-quedista*.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol*, *madressilva*, *pontapé*, etc.

2.º) Emprega-se o hífen nos topónimos compostos, iniciados pelos adjetivos *grã* ou *grão* ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: *Grã-Bretanha*, *Grão-Pará*; *Abre-Campo*; *Passa-Quatro*, *Quebra-Costas*, *Quebra-Dentes*,

BASE XIV

BASE XV

Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes.

Obs. : Os outros topónimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: *América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta*, etc. O topónimo *Guiné-Bissau* é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3.º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: *abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio; bem-me-quer* (nome de planta que também se dá à *margarida* e ao *malmequer*); *andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi* (nome de um pássaro).

4.º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios *bem* e *mal*, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou *h*. No entanto, o advérbio *bem*, ao contrário de *mal*, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: *bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado* (cf. *malcriado*), *bem-ditoso* (cf. *malditoso*), *bem-falante* (cf. *malfalante*), *bem-mandado* (cf. *malmandado*), *bem-nascido* (cf. *malnascido*), *bem-soante* (cf. *malsoante*), *bem-visto* (cf. *malvisto*).

Obs. : Em muitos compostos, o advérbio *bem* aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: *benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença*, etc.

5.º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos *além, aquém, recém* e *sem*: *além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-mar, aquém-Pirenéus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimónia, sem-número, sem-vergonha*.

6.º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de *água-de-colónia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa*). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

a) Substantivas: *cão de guarda, fim de semana, sala de jantar*;

b) Adjetivas: *cor de açafão, cor de café com leite, cor de vinho*;

c) Pronominais: *cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja*;

d) Adverbiais: *à parte* (note-se o substantivo *aparte*), *de mais* (locução que se contrapõe a *de menos*; note-se *demais*, advérbio, conjunção, etc.), *depois de amanhã, em cima, por isso*;

e) Prepositivas: *abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, abaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a*;

4.º) e *Obs.*: (Uma eventual decisão inovadora de se grafar *bencriado* ao par de *malcriado*, *benditoso* ao par de *malditoso*, como em *benvindo*, *benfeito*, etc., carece da elaboração prévia de um inventário que permita apurar e diferenciar uma tipologia entre casos afins.)

5.º) e 6.º) b) (Não foi ainda elaborado um inventário suficientemente extenso e variado de casos que permitam uma tipologia e, em consequência, uma decisão relativamente à hifenização ou não, de um tipo de grande produtividade como *cor-de-rosa*, *cor de açafão* e ainda outras locuções exemplificadas neste ponto).

f) Conjuncionais: *a fim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.*

7.º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa *Liberdade-Igualdade-Fraternidade*, a ponte *Rio-Niterói*, o percurso *Lisboa-Coimbra-Porto*, a ligação *Angola-Moçambique*), e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos (tipo: *Áustria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro*, etc.).

BASE XVI

Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1.º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: *ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-,* etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: *aero-, agro-, arquit-, auto-, bio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto-, pseudo-, retro-, semi-, tele-,* etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por **h**: *anti-higiénico, circum-hospitalar, co-herdeiro, contra-harmónico, extra-humano, pré-história, sub-hepático, super-homem, ultra-hiperbólico, arquit-hipérbole, eletro-higrómetro, geo-história, neo-helénico, pan-helenismo, semi-hospitalar.*

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos *des-* e *in-* e nas quais o segundo elemento perdeu o **h** inicial: *desumano, desumidificar, inábil, inumano,* etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: *anti-ibérico, contra-almirante, infra-axilar, supra-auricular, arquit-irmandade, auto-observação, eletro-ótica, micro-onda, semi-interno.*

Obs.: Nas formações com o prefixo *co-*, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por **o**: *coobrigação, coocupante, coordenar, cooperação, cooperar,* etc.

c) Nas formações com os prefixos *circum-* e *pan-*, quando o segundo elemento começa por vogal, **m** ou **n** (além de **h**, caso já abrangido atrás na alínea a): *circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africano, pan-mágico, pan-negritude.*

d) Nas formações com os prefixos *hiper-, inter-* e *super-*, quando combinados com elementos iniciados por **r**: *hiper-requintado, inter-resistente, super-revista;*

e) Nas formações com os prefixos *ex-* (com o sentido de estado anterior ou cessamento), *sota-, soto-, vice-* e *vizo-*: *ex-almirante, ex-diretor, ex-hospedeira,*

BASE XVI

ex-presidente, ex-primeiro-ministro, ex-rei; sota-piloto, soto-mestre, vice-presidente, vice-reitor, vizo-rei.

f) Nas formações com os prefixos tónicos acentuados graficamente *pós-*, *pré-* e *pró-* quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): *pós-graduação, pós-tónico* (mas *pospor*); *pré-escolar, pré-natal* (mas *prever*); *pró-africano, pró-europeu* (mas *promover*).

2.º) Não se emprega, pois, o hífen:

a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, devendo antes estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: *antirreligioso, antissemita, contrarregra, contrassenha, extrarregular, infrassom, minissaia*, tal como *biorritmo, biossatélite, eletrossiderurgia, microssistema, microrradiografia*.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: *antiaéreo, coeducação, extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual*.

3.º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como *açu, guaçu* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: *amoré-guaçu, anajá-mirim, andá-açu, capim-açu, Ceará-Mirim*.

BASE XVII

Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo *haver*

1.º) Emprega-se o hífen na ênclise e na tmese: *amá-lo, amá-lo-ei, enviar-lhe-emos*.

2.º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*, *hei de, há de, hão de*, etc.

a) São, em geral, de rejeitar aglutinações não hifenizadas do tipo proposto, que obedecem a um critério oposto ao seguido em XV, 1.º), e criam suplementarmente dificuldades ao tratamento informático do texto com **rr** e **ss** duplos. Deveria proceder-se a um inventário mais completo e diversificado, como condição necessária para uma decisão correcta.

3.º) Não está justificada a hifenização de elementos de origem tupi-guarani classificados como sufixos. Como já verificámos em VI, 2.º), o português (em particular o europeu) tem sufixos com comportamento idiossincrásico: não se alteram a prosódia nem o timbre das vogais pretónicas, no caso dos sufixos começados por **z-** ou do sufixo **-mente**, e este último (que ainda se grafava no português quinhentista como elemento separado) tem até a particularidade de apenas se usar no final de uma sequência de formas adjetivas que lhe dão origem: *sábia- e habilmente*

BASE XVII

2.º) Usa-se o hífen nas ligações apoclíticas da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*: *hei-de, há-de, hão-de*, etc.

Obs. : 1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais *quer* e *requer*, dos verbos *querer* e *requerer*, em vez de *quere* e *requere*, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: *quere-o(s)*, *requere-o(s)*. Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) *qué-lo* e *requé-lo* são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio *eis* (*eis-me*, *ei-lo*) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo *no-lo*, *vo-las*, quando em próclise (por exemplo: *esperamos que no-lo comprem*),

BASE XVIII

Do apóstrofo

1.º) São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: *d' «Os Lusíadas»*, *d' «Os Sertões»*, *n' «Os Lusíadas»*, *n' «Os Sertões»*. *pel' «Os Lusíadas»*, *pel' «Os Sertões»*. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: *de «Os Lusíadas» em «Os Lusíadas»*, *por «Os Lusíadas»*, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição *a* com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: *a «A Relíquia»*, *a «Os Lusíadas»* (exemplos: *importância atribuída a «A Relíquia»*; *recorro a «Os Lusíadas»*). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a A = à*, *a Os = aos*, etc.

b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: *d'Ele*, *n'Ele*, *d'Aquele*, *d'O*, *n'O*, *pel'O*, *m'O*, *t'O*, *lh'O*, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; *d'Ela*, *n'Ela*, *d'Aquela*, *n'Aquela*, *d'A*, *n'A pel'A*, *t'A*, *lh'A*, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: *confiamos n'O que nos salvou*; *esse milagre revelou-m'O*; *está n'Ela a nossa esperança*; *pugnemos pel'A que é nossa padroeira*.

A semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição *a* com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: *a O*, *a Aquele*, *a Aquela* (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a O = ao*, *a Aquela = àquela*, etc.). Exemplos frásicos: *a O que tudo pode*; *a Aquela que nos protege*.

c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas *santo* e *santa* a nomes do hagiológico, quando importa representar a elisão das vogais finais *o* e *a*: *Sant'Ana*,

BASE XVIII

Sant'Iago, etc. É, pois, correto escrever: *Calçada de Sant'Ana*, *Rua de Sant'Ana*; *culto de Sant'Iago*, *Ordem de Sant'Iago*. Mas, se as ligações deste género, como é o caso destas mesmas *Sant'Ana* e *Sant'Iago*, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: *Fulano de Santana*, *ilhéu de Santana*, *Santana de Parnaíba*; *Fulano de Santiago*, *ilha de Santiago*, *Santiago do Cacém*.

Em paralelo com a grafia *Sant'Ana* e congéneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um *o* final: *Nun'Álvares*, *Pedr'Eanes*.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: *Santa Ana*, *Nuno Álvares*; *Pedro Álvares*, etc.

d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do *e* da preposição *de*, em combinação com substantivos: *borda-d'água*, *cobra-d'água*, *copo-d'água*, *estrela-d'alva*, *galinha-d'água*, *mãe-d'água*, *pau-d'água*, *pau-d'alho*, *pau-d'arco*, *pau-d'óleo*.

2.º) São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições *de* e *em* com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (excetuado o que se estabelece nas alíneas 1.º a) e 1.º b)). Tais combinações são representadas:

a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

i) *do*, *da*, *dos*, *das*; *dele*, *dela*, *deles*, *delas*; *deste*, *desta*, *destes*, *destas*, *disto*; *desse*, *dessa*, *desses*, *dessas*, *disso*; *daquele*, *daquela*, *daqueles*, *daquelas*, *daquilo*; *destoutro*, *destoutra*, *destroutros*, *destroutras*; *dessoutro*, *dessoutra*, *dessoutros*, *dessoutras*; *daqueloutro*, *daqueloutra*, *daqueloutros*, *daqueloutras*; *daqui*; *daí*; *dali*; *dacolá*; *donde*; *dantes* (= antigamente);

ii) *no*, *na*, *nos*, *nas*; *nele*, *nela*, *neles*, *nelas*; *neste*, *nesta*, *nestes*, *nestas*, *nisto*; *nesse*, *nessa*, *nesses*, *nessas*, *nisso*; *naquele*, *naquela*, *naqueles*, *naquelas*, *naquilo*; *nestoutro*, *nestoutra*, *nestoutros*, *nestoutras*; *nessoutro*, *nessoutra*, *nessoutros*, *nessoutras*; *naqueloutro*, *naqueloutra*, *naqueloutros*, *naqueloutras*; *num*, *numa*, *nuns*, *numas*; *noutro*, *noutra*, *noutros*, *noutras*, *noutrem*; *nalgum*, *nalguma*, *nalguns*, *nalgumas*, *nalguém*.

b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): *de um*, *de uma*, *de uns*, *de umas*, ou *dum*, *duma*, *duns*, *dumas*; *de algum*, *de alguma*, *de alguns*, *de algumas*, *de alguém*, *de algo*, *de algures*, *de alhures*, ou *dalgum*, *dalguma*, *dalguns*, *dalgumas*, *dalguém*, *dalgo*, *dalgures*, *dalhures*; *de outro*, *de outra*, *de outros*, *de outras*, *de outrem*, *de outrora*, ou *doutro*, *doutra*, *doutros*, *doutras*, *doutrem*, *doutrora*; *de alguém* ou *daquém*; *de além* ou *dalém*; *de entre* ou *dentre*.

De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial *de ora avante* como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: *doravante*.

d) (Propõe-se a eliminação desta regra, pelas razões aduzidas a tal respeito no Relatório sobre o *Anteprojecto*, na Parte 2. *Aspectos especiais*.)

Obs. : Quando a preposição *de se* combina com as formas articulares ou pronominais *o, a, os, as*, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: *a fim de ele compreender apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o facto de o conhecer, por causa de aqui estares.*

BASE XIX

Das minúsculas e maiúsculas

1.º) A letra minúscula inicial é usada:

- a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.
- b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: *segunda-feira; outubro; primavera.*

c) Nos bibliónimos (após o primeiro elemento, que é com maiúscula, os demais vocábulos, podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): *O Senhor do Paço de Ninães* ou *O senhor do paço de Ninães*, *Menino de Engenho* ou *Menino de engenho*, *Árvore e Tambor* ou *Árvore e tambor*.

d) Nos usos de *fulano, sicrano, beltrano.*

e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas); *norte, sul* (mas: *SW sudoeste*).

f) Nos axiónimos e hagiónimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): *senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o cardeal Bembo; santa Filomena* (ou *Santa Filomena*).

g) Nos nomes de disciplinas e de cursos (opcionalmente, também com maiúscula): *português* (ou *Português*), *matemática* (ou *Matemática*); *línguas e literaturas modernas* (ou *Línguas e Literaturas Modernas*).

2.º) A letra maiúscula inicial é usada:

a) Nos antropónimos, reais ou fictícios: *Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote.*

b) Nos topónimos, reais ou fictícios: *Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Disneilândia.*

BASE XIX

b) [Nos nomes dos dias, meses, estações do ano, salvo quando se usam em sentido genérico (afim de um nome próprio): *fevereiro de 1989*, mas *Fevereiro quente traz o diabo no ventre*; *o verão deste ano*, mas *o Verão é o tempo das férias grandes*, atendendo a analogias com a maiusculação de festividades e de épocas cíclicas, como o Natal, Quaresma — cf. alínea e).]

c) Nos bibliónimos . . . ; de igual modo, em princípio, nos títulos dos capítulos, artigos ou notícias, dando-se todavia espaço para opções maiusculantes ou minusculantes na obtenção de efeitos de estética gráfica ou de aliciamento da atenção visual.

f) [À doutrina desta alínea acrescenta-se o preceito de que os hagiónimos começados por abreviatura devem ser maiusculados: *S. João*, *S. Miguel*).

g) Nos nomes de disciplinas apenas quando se trata de designações institucionalizadas e, por isso, escritas com maiúsculas iniciais em diplomas e referências legais.

- c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: *Adamastor, Neptuno*.
- d) Nos intitulativos institucionais: *Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social*.
- e) Nos nomes de festas e festividades: *Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos*.

- f) Nos títulos de periódicos, que retêm o grifo: *O Primeiro de Janeiro, O Estado de São Paulo* (ou *S. Paulo*).
- g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: *Nordeste*, por nordeste do Brasil, *Norte*, por norte do Brasil, *Meio Dia*, pelo sul da França ou de outros países, *Ocidente*, por ocidente europeu, *Oriente*, por oriente asiático.
- h) Nos nomes que designam domínios do saber, quando tomados em sentido absoluto como equivalendo assim a nomes próprios: *a Linguística, a Matemática, a Medicina*,
- i) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: *FAO, NATO, ONU, H₂O; Sr., V.Ex.^a*.
- j) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos (*rua* ou *Rua da Liberdade, largo* ou *Largo dos Leões*), de templos (*igreja* ou *Igreja do Bonfim, templo* ou *Templo do Apostolado Positivista*), de edifícios (*palácio* ou *Palácio da Cultura, edfício* ou *Edifício Azevedo Cunha*).

Obs. : As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, *geológica, bibliológica, botânica, zoológica*, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

e) [À doutrina desta alínea acrescenta-se, de passagem, que um nome de festividade cíclica como *Todos os Santos* deverá seguir analogicamente a regra de hifenização de topónimos como *Trás-os-Montes*, *Linda-a-Pastora*).

j) É opcional o uso de maiúsculas no início dos versos, em axionómios quando utilizados em postura de reverência ou respeito hierárquico. Nos nomes de logradouros públicos, de templos ou de edifícios públicos, quer acompanhados ou não de nome próprio, é de regra o uso de maiúscula quando de facto funcionam como nomes próprios. Exemplos: a *Praça* como antonomásia de *Praça da Liberdade*, a *Igreja*, a *Escola*, a *Faculdade* como antonomásia de um corpo colectivo ou de uma precisa instituição: a *Igreja da Lapa*, a *Faculdade* como antonomásia contextual de a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, tal como o *Marquês* como antonomásia de uma dada entidade como o Marquês de Pombal, o *Duque* como antonomásia contextual de o Duque da Terceira, etc.

BASE XX

Da divisão silábica

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (*a-ba-de, bru-ma, ca-cho, lha-no, ma-lha, ma-nha, má-xi-mo, ó-xi-do, ro-xo, tme-se*), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (*a-ba-li-e-nar, i-ná-bil, o-bo-val, su-bo-cu-lar, su-pe-rá-ci-do*), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1.º) São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em **b** ou **d**: *ab-legação, ad-ligar, sub-lunar, etc.*, em vez de *a-blegação, a-dligar, su-blunar, etc.*) aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma gutural, uma dental ou uma labiodental e a segunda um **l** ou um **r**. *a-blução, cele-brar, du-plicação, re-primir, a-clamar, de-creto, de-glutição, re-grado; a-tlético, cáte-dra, períme-tro; a-fluir, a-fricano, ne-vrose.*

2.º) São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de uma ressonância nasal e uma consoante: *ab-dicar. Ed-gardo, op-tar, sub-por, ab-soluto, ad-jetivo, af-ta, bet-samita, íp-silon, ob-viar, des-cer, dis-ciplina, flores-cer, nas-cer, res-cisão; ac-ne, ad-mirável, Dař-ne, diafrag-ma, drac-ma, ét-nico, rit-mo, sub-meter, am-nésico, interam-nense; bir-reme, cor-roer, pror-rogar, as-segurar, bis-secular, sos-segar, bissex-to, contex-to, ex-citar, atroz-mente, capaz-mente, infeliz-mente; am-biçãõ, desen-ganar, en-xame, man-chu, Mân-lio, etc.*

3.º) As sucessões de mais de duas consoantes ou de uma ressonância nasal e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1.º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: *cam-braia, ec-tlipse, em-blema, ex-plicar, in-cluir, ins-cricãõ, subs-crever, trans-gredir, abs-tenção, disp-neia, inters-telar, lamb-dacismo, sols-ticial, Terp-sícore, tungs-tênio.*

4.º) As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: *ai-roso, cadei-ra, insti-tui, ora-ção, sacris-tães, traves-sões*) podem, se a primeira delas não é **u** precedido de **g** ou **q**, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: *ala-úde, áre-as, ca-apeba, co-ordenar, do-er, flu-idez, perdo-as, vo-os*. O mesmo se aplica aos casos

BASE XX

1.º) A translineação faz-se por soletração em casos onde a composição de uma palavra (composta) é insensível a um nível não-erudito.

de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: *cai-ais*, *cai-eis*, *ensai-os*, *flu-iu*.

5.º) Os digramas **gu** e **qu**, em que o **u** se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (*ne-gue*, *ne-guei*, *pe-que*, *pe-quei*), do mesmo modo que as combinações **gu** e **qu** em que o **u** se pronuncia: *á-gua*, *ambí-guo*, *averi-gueis*, *longín-quos*, *lo-quaz*, *quais-quer*.

6.º) Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: *ex-alferes*, *serená-los-emos* ou *serená-los-emos*, *vice-almirante*.

BASE XXI

Das assinaturas e firmas

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registo legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registo público.